



Anais da Assembléia

Nº 80

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA
SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO
PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES,
DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DA NONA LEGISLATURA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1981
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE

Emenda:

PROPOSIÇÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

A Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com as seguintes alterações:

O item III, do artigo 74, passa a ter a seguinte redação: "Art. 74. —"

III — Voluntariamente, após 35 anos de serviço, ressalvado o disposto no item XX, do art. 165, da Constituição Federal".

O item IX do artigo 138, passa a ter a seguinte redação: "Art. 138. —"

IX — remuneração condigna aos professores, os quais não poderão perceber vencimento básico inferior a três vezes o valor do salário mínimo fixado para a Capital do Estado".

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

APOIAMENTO: Mário Celso, Antônio Facci, Paulo Camargo, Lázaro Dumont, Tércio Albuquerque, Antônio Cotrim, Deni Schwartz, José Tavares, Edilson Alencar, Darcy

Deitos, Gabriel Sampaio, Tadeu Lúcio Machado, Waldyr Pugliesi, Nelson Friedrich, Adalberto Daros, Trajano Bastos, Lineu Turra, Gilberto Agibert Filho, Renato Bueno e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A primeira parte dessa Proposição de Emenda à Constituição do Estado, tem por objetivo adaptar o seu texto de acordo com a Emenda à Constituição Federal nº 14, promulgada nesta data pelo Congresso Nacional, que tratou do tempo de aposentadoria aos professores.

A segunda parte, tem por objetivo fazer com que seja registrado em nossa Carta Magna o acordo firmado entre o Governo do Estado e Professores do Paraná, no final do ano passado, pelo qual foi fixado um piso salarial equivalente a dois (02) salários mínimos regionais, conforme Ofício nº 1871, do Gabinete do Governador, encaminhado às Associações de Professores do Paraná, em 29 de outubro de 1980.

Naquela oportunidade, o Governador admitiu a possibilidade de fazer com que esse piso salarial chegasse a dois salários mínimos e meio (2,5), em meados do corrente ano de 1981.

Esse fato está registrado no conceituado jornal "Gazeta do Povo", do dia 06 de abril de 1981, conforme afirmações do Sr. Secretário da Educação, Edson Machado de Souza, que afirmou "os professores pediam piso de três (03) salários mínimos e ficou acertado para dois e meio (2,5)."

Todavia, como não houve cumprimento legal do acordo, pois desde maio de 1981, com a elevação do salário mínimo regional, o piso estabelecido de Cr\$ 16.929,60 (dois salários mínimos) ou o prometido de Cr\$ 21.162,00 (dois salários mínimos e meio), deixou de ser implantado até esta data, cremos que seja justa a fixação, na Lei Maior, daquele piso pretendido pelos Mestres, de três (03) salários mínimos.

Neste momento, em que toda a Nação acompanha a primeira grande conquista dos professores, com a volta da aposentadoria aos 25 anos de serviço, nada mais oportuno do que se afixar um piso que lhes conceda a remuneração condigna que está expressa no item IX do artigo 138, da nossa Constituição Estadual, mas de forma abstrata...

Acrescentando àquele dispositivo um piso salarial que realmente corresponda a uma remuneração condigna ao magistério paranaense, cremos que estaremos primando pelo cumprimento de nossa Lei Maior e, assim, fazendo Justiça.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ROSA MARQUES DE JESUS, ocorrido no domingo último, na cidade de Alvorada do Sul.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MANOEL

CARDOSO, ocorrido no mês de junho do corrente, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. DOMINGOS MIGUEL MENEGOLLO, ocorrido ontem, 29 de junho, nesta capital.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inclusão na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALBINO CALGAGNOTTO, ocorrido dia 29 de junho de 1981, na cidade de Barracão, Estado do Paraná.

Requer outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Albino Calgagnotto, distinto cidadão da cidade de Barracão, sempre gozou de carinho e admiração daquela comunidade, pelas suas atividades humanitárias e pelo trato respeitoso na convivência social.

Deixa a sua falta, uma irreparável lacuna na sociedade de Barracão, que muito lhe deve pela ação, pelo respeito de cidadão.

Exercia atualmente o cargo de Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. ANTÔNIO PARANHOS, ocorrido dia 25 último, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Antônio Paranhos, residente em Sede Paranhos, Município de São Jorge D'Oeste, pessoa das mais queridas, em função do trabalho profissional e comunitário realizado com a dedicação própria daqueles que emprestaram à vida algo mais profundo que o passar dos dias.

Deixa lacuna impreenchível na sociedade local, e saudade em todos quantos tiveram o privilégio de desfrutar de sua amizade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER voto de congratulações em nome desta Casa, à União Paranaense dos Estudantes Secundários – UPES, pela comemoração do 36o. aniversário de fundação, data marcante para a vida estudantil de todo o Estado do Paraná, inclusiva para a vida comunitária da gente paranaense.

Requer outrossim, envio de cópia à União Paranaense dos Estudantes Secundários – UPES.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado um VOTO DE REPÚDIO ao Conselho Nacional do Petróleo – C.N.P., pela forma arbitrária como vem conduzindo a política de aumento dos derivados de petróleo, tais como a gasolina, o óleo diesel, o gás liquefeito e também o álcool, produto este de fabricação e com matéria prima genuinamente de produção nacional.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT

APOIAMENTO:

José Domingos, Airton Cordeiro, Gilberto Agibert Filho, Cyro Martins, Egon Pudell, Antônio Cotrim, David Cheriegate, Nelson Buffara, Túlio Zanchet, Jurandir Messias, Erondy Silvério, Tércio Albuquerque, Gabriel Sampaio, Augusto Carneiro, Antônio Facci, João Mansur, Werner Wanderer, Valduga, Ezequias Losso, Del Ciel, Luiz Alberto Oliveira e Rosário Pitelli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Art. 77 do Regimento Interno, REQUER seja destinada a Hora do Expediente da sessão do próximo dia 11 de agosto vindouro, à comemoração do centenário de nascimento do Almirante DIDIO IRATIM AFONSO DA COSTA, nascido em Guarapuava, em 17/08/1881.

Trata-se de uma das mais notáveis figuras do nosso passado histórico, que se distinguiu, não apenas na carreira das armas, como também na área da atividade intelectual.

Pertenceu ele a inúmeras instituições de cultura, de muitas das quais foi fundador. Entre tantas citaremos: Academia de Letras, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico e Centro de Letras; Instituto de Geografia e História do Brasil; Instituto Histórico Brasileiro; Instituto Técnico Naval; Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia; Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina; Instituto Histórico do Ceará; Instituto Brasileiro de Cultura; Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; Liceu Literário Português e outras.

Visando dar ao acontecimento a importância merecida, solicita o signatário que se officie, não só aos Poderes Executivo e Judiciário e as Forças Armadas no Paraná, assim como as entidades de estudos e pesquisas, às quais o homenageado emprestou em vida, o brilho de sua inteligência e dedicação.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) RENATO LOURES BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando o “CANCELAMENTO” das notificações expedidas nos termos da Resolução 455, de 16/11/77, do Banco Central do Brasil.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

A contribuição das empresas ao PIS é feita com base no

faturamento, na folha de pagamento e no imposto devido ao IR, portanto, não cabe às mesmas a liquidação de parcelas devidas aos seus empregados, nem mesmo responsabilidade nos possíveis erros de informação, o que traria prejuízo ao referido empregado.

Ainda mais que, como sabemos a maior falha muitas vezes é do contador da empresa, do Ministério do Trabalho, ao confeccionar a carteira do Trabalho e até da própria Caixa por receber informações cadastrais com erro de origem, sendo assim exime-se a empresa pelo não cumprimento das obrigações da Caixa Econômica com os participantes do referido Fundo.

E, por essa razão, entendemos ser a presente notificação, intempestiva e não procedente, daí porque solicitamos o cancelamento das mesmas, dado o número grandioso de empresas que foram notificadas para o recolhimento das mesmas.

E, ainda mais, o que trará pesados ônus, pois todos sabem que o nosso empresariado já está super carregado de impostos de todas as naturezas, e que vem cumprindo suas obrigações com grandes dificuldades, e essa medida é mais uma que traz a apreensão de todos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Diretor Geral do Departamento de Trânsito — DETRAN, pedindo a reinstalação do serviço de exames psicotécnicos para obtenção da carteira de habilitação de motorista, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Trânsito decidiu, recentemente, eliminar o serviço de exames psicotécnicos para obtenção da carteira de motorista em Foz do Iguaçu.

Essa determinação, obriga os candidatos à habilitação, a se deslocarem até a cidade de Cascavel, distante cerca de 150 km. Prejudica também toda a população dos municípios mais próximos, evidenciando-se o despropósito da medida.

À época, o DETRAN justificou esta determinação, afirmando que em Foz do Iguaçu não existia um psicólogo para realizar os exames, mas isso não é verdade agora, pois na cidade será instalado um profissional competente, o Sr. Carlos Roberto Campana, registrado no Conselho Regional de Psicologia sob o número 08/554, com consultório profissional no Edifício Metrópole, sala 408 — 4o. andar, Travessa Christiano Neirich, 91.

Nada justifica, portanto, que o serviço de exames psicotécnicos não seja restabelecido em Foz do Iguaçu, e dessa forma atendida uma reivindicação da população do município e das cidades vizinhas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de apelo ao Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Governo Ney Braga tem estimulado e executado amplo programa de apoio às atividades do esporte.

Seu primeiro passo — sem dúvida decisivo — foi a criação da Secretaria da Cultura e do Esporte, responsável pela formulação da política de apoio ao esporte amador paranaense.

Promovendo competições, cursos de aperfeiçoamento técnico, esta Pasta vem desenvolvendo o seu trabalho em vários municípios do Paraná, viabilizando condições para o incremento de programas de apoio e incentivo a inúmeras modali-

dades esportivas. Tarefa que tem absorvido os seus técnicos, a formação de material humano capaz de liderar com competência o aperfeiçoamento dos professores de educação física radicados no Paraná, a realização de cursos específicos de formação de pessoal tem sido um dos destaques das atividades da Secretaria da Cultura e do Esporte.

Grande parte dos professores de educação física do Paraná está subordinada à Secretaria de Estado da Educação, exercendo funções do magistério nos estabelecimentos de ensino da rede estadual, razão pela qual, e considerando a importância do aperfeiçoamento profissional, este Deputado propõe ao Secretário Edson Machado de Souza:

a) a dispensa, sem prejuízo de vantagens financeiras, dos professores de educação física subordinados à Secretaria da Educação para fins de participação nas promoções da Secretaria da Cultura e do Esporte;

b) o estímulo crescente às atividades esportivas, atendendo as diretrizes governamentais de ordem geral e de interesse da juventude paranaense.

É o requerimento, na forma regimental.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de voto de regozijo ao Serviço Social da Indústria — SESI, pela passagem do seu 35o. aniversário de atividades, a transcorrer amanhã, dia 01 de julho.

Há 35 anos, precisamente a 01 de julho de 1946, as preocupantes questões sociais e o espírito humanitário de destacados homens de empresa do Brasil, determinaram a fundação do Serviço Social da Indústria.

Em 1948, sob a inspiração de paranaenses de larga visão social, sob a liderança de Heitor Stockler de França, o SESI foi fundado no Paraná.

Sua atuação tem sido um dos jubilosos motivos de orgulho para os filhos deste Estado. Inspirados nos elevados propósitos de garantir e estimular a paz social entre os trabalhadores do País, no Paraná em especial, essa respeitável Entidade tem disseminado por vários pontos do nosso território não só valiosas instalações físicas, mas principalmente, um profundo trabalho de assistência social.

Com o atendimento a perto de 250 mil trabalhadores, o SESI vem desenvolvendo suas nobres atividades nos importantes campos da educação, da saúde, do lazer, do serviço social, cooperação e assistência.

Em cada um desses setores de trabalho, o Serviço Social da Indústria coloca na vanguarda, como princípio fundamental, o seu exemplar respeito pelo bem estar do trabalhador do Paraná.

Depoimentos importantes, de vozes desvinculadas da abrangência do SESI, tem reconhecido a eficiência com que vem funcionando nesses 35 anos essa Entidade, que tem sido com justiça, exaltada pelos efeitos sociais de resultados já comprovados.

No Paraná, a partir de sua fundação até os difíceis dias atuais, o SESI tem cumprido de forma elogiável a sua tarefa de assistir os nossos trabalhadores.

Vinculada à Federação das Indústrias do Estado do Paraná — presidida com visão social pela ilustre figura de Altavir Zaniolo, o SESI é um justo motivo de orgulho para os nossos conterrâneos, pois sua expansão é prova inequívoca da marca empreendedora dos filhos do Paraná.

Nesta manifestação em que homenageamos o SESI, queremos fazê-lo por intermédio do Presidente da FIEP, Altavir Zaniolo e do Superintendente Regional, Ayrtton Ricardo dos

Santos certos de que esta Casa está rendendo justas homenagens a todos os que, ao longo do tempo, souberam consolidar a magnífica obra social inaugurada pelo caloroso coração de Heitor Stockler de França.

É o requerimento, apresentado na forma regimental e do qual solicito sejam cientificados o Presidente da FIEP, Altavir Zaniolo e o Superintendente do SESI, Ayrton Ricardo dos Santos.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. General NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado do Paraná, contendo apelo no sentido de que seja encaminhado a esta Casa de Leis, Anteprojeto de Lei que regulariza os lotes remanescentes nos imóveis que constituem as Glebas abaixo descritas, localizadas na Colônia São Jerônimo, situadas no Município de São Jerônimo da Serra e abaixo especificadas:

- a) Gleba no. 2;
- b) Gleba no. 2 — 1a., 2a., 3a. partes;
- c) Gleba no. 3;
- d) Gleba no. 4;
- e) Gleba no. 5;
- f) Gleba no. 5 — 2a. e 3a. partes;
- g) Gleba no. 6.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. INGO HENRIQUE HUBERT, DD. Presidente da SANEPAR, solicitando a extensão do benefício de fluoretação ao Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Recebemos da Associação Brasileira de Odontologia, Subseção Regional de Cascavel, ofício subscrito pelo Presidente e Secretário da referida Associação, solicitando que este Parlamentar apoie na campanha de fluoretação das águas responsável por este setor, é que fazemos este apelo a essa Presidência.

O atendimento do referido pedido, trará benefícios para a população da cidade de Cascavel, o qual reduzirá sensivelmente o índice de cáries.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja aprovado em nome desta Assembléia Legislativa, requerimento dirigido aos Srs. Secretários de Estado e Ministros da área econômica, no sentido de que sejam ultimados estudos e fixado, para a próxima safra, como preço mínimo de garantia, o valor de Cr\$ 1.200,00 por saca de 60 kg. de milho.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 65/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA VILA SANTA CRUZ”, com sede e foro na cidade de Castro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública, é uma associação de caráter social, assistencial, educacional e recreativo, visando promover o amparo e o bem estar da coletividade da cidade de Castro.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei, demonstra que a Associação de Amigos da Vila Santa Cruz, está na conformidade com o que dispõe a lei que rege a declaração de utilidade pública.

Com a apresentação deste projeto de lei, esperamos dos ilustres Pares, o devido apoio e posterior aprovação, nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 66/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º Os funcionários que não houverem gozado férias já atingidas pela prescrição de dois (02) anos, terão o direito de contá-las em dobro e para todos os efeitos legais, desde que requeiram no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

Este anteprojeto, prende-se ao fato de centenas e centenas de funcionários públicos não terem tido tempo hábil devido aos mais diversos problemas, sendo com isso seriamente prejudicados em sua carreira, já bastante desgastada, e o pouco tempo dado pela Lei 7206, de 01/10/79, sendo que muitos não puderam locomover de seus afazeres e suas funções dentro de sua repartições, mormente os residentes no interior, os quais foram os mais prejudicados.

PROJETO DE LEI Nº 67/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de CIDADÃ BENE-MÉRITA DO PARANÁ” a LEONCIE LÉA CORREA LEAL.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa tem sido parcimoniosa na atribuição do título de cidadania honorária, porque entende que a honraria deve distinguir e homenagear pessoas realmente merecedoras.

O presente projeto se integra neste espírito, quando propõe o nome de LEONCIE LÉA CORREIA LEAL para figurar na galeria dos ilustres paranaenses honorários.

Seu trabalho em prol da coletividade, sobretudo no amparo aos necessitados e carentes, é conhecido e admirado não apenas em nosso Estado, como em outras unidades da Federação.

Dos seus amplos méritos, é testemunha o seu respeitável “curriculum vitae” que anexamos ao projeto e que passa a fazer parte integrante destas razões.

Tem a certeza absoluta — este Parlamentar — de que a alta sensibilidade dos nobres Pares, no tocante a demonstrar gratidão a quantos se integram em nossa comunidade com espírito de cooperação e de ajuda, há de conferir a homenagem ora proposta.

PROJETO DE LEI Nº 68/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL 31 DE MARÇO”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) CYRO MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A “Fundação Educacional 31 de Março”, inspirando a realização de uma educação ideal, social e esportiva, na consciência da cidadania democrática, propõe:

- promover a melhoria educacional da juventude;
- orientar a formação cívica da mocidade;
- propiciar a elevação cultural da sociedade;
- estimular o desenvolvimento esportivo da comunidade.

A “Fundação Educacional 31 de Março”, vem defendendo de forma eficaz, atividades que congregam a comunidade princesina, dentro dos propósitos propostos, conforme está explícito em seus estatutos.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário, dos Srs. Deputados Federais Ari Kfuri e Norton Macedo.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Iniciou ontem a Semana Internacional do Cooperativismo, que se encerra no próximo sábado, com a comemoração do Dia Internacional do Cooperativismo, que foi instituído pela Aliança Cooperativa Internacional, tendo como objetivo divulgar o movimento no mundo.

Existem mais de 400 milhões de cooperados em todo o Planeta, sendo que no Brasil existem 3.000 cooperativas, entre de produção (agrícola), de trabalho, de consumo, de crédito, escolar, de eletrificação rural e de assistência médica, que abrigam perto de sete milhões de pessoas, indiretamente.

No Paraná existem 169 cooperativas para cerca de 154 mil associados. É por intermédio do cooperativismo que o nosso Estado participa com um quarto de produção agrícola brasileira.

O sentido universal desta semana, Srs. Deputados, é a convicção de que o trabalho conjunto e profícuo poderá, realmente, constituir-se em opção coletiva de direcionamento dos negócios, tendo sempre por meta a valorização contínua do homem.

No próximo final de semana, dentro das comemorações desta Semana, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná vai entregar o “Troféu OCEPAR” ao Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Aléssio Vaz Primo e ao Diretor do Departamento Econômico das Organizações das Cooperativas Brasileiras — OCB.

Esta homenagem foi instituída em 1977, e é promovida bianualmente, com o objetivo de valorizar o trabalho realizado pelas pessoas vinculadas direta e indiretamente ao cooperati-

vismo. Este ano, os representantes das cooperativas paranaenses deliberaram pela escolha das personalidades já citadas que, de conformidade com o objetivo da promoção, trabalharam com denodo, em prol do cooperativismo, um dentro e outro fora do sistema.

Ainda nas festividades deste ano, segundo informações da OCEPAR, serão comemorados os dez anos de existência da entidade, ao mesmo tempo em que se prestará uma homenagem especial à Batavo, a mais antiga cooperativa de registro no Paraná.

Representando-a, o Sr. Kempí Van Der Meer, vai receber a medalha de honra ao mérito “OCEPAR”, pelos relevantes serviços prestados ao sistema.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos conturbados dias atuais, quando o mundo assiste a crises violentas, experimentadas pelos mais diferentes regimes econômicos e pelas diversas ideologias, o Cooperativismo nos renova a fé e a confiança num movimento que defende o convívio solidário dos homens, além das ambições de riqueza e de poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresento o Projeto de Resolução no. 35/81, a respeito de plebiscito:

“Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, situada no Município de TOMAZINA, a fim de a respectiva população decidir sobre a anexação do território ao Município de Siqueira Campos.

— Começa na cabeceira do Ribeirão Lajeado, de onde, por linha seca, alcança a nascente do Ribeirão da Peroba; deste ponto por linha seca rumo Sudoeste alcança a nascente do quinto afluente da margem direita do Ribeirão Barra Mansa, pelo qual desce até a foz da Água do Uru, de onde, por linha seca alcança o Ribeirão Bonito na foz do Ribeirão da Fazenda, desce o Ribeirão Bonito até o primeiro afluente, pelo qual sobe até sua nascente de onde segue pelo divisor até alcançar o divisor das águas dos Rios Itararé e Cinzas, seguindo por este divisor rumo Noroeste até alcançar a nascente do Ribeirão Lajeado ponto de partida.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1981.

(a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

JUSTIFICATIVA:

Como se verifica pela documentação anexa, a transferência dessa área para Siqueira Campos é uma decorrência de imperativos geográficos e uma antiga aspiração da população que ali vive. Tanto é assim que a maioria esmagadora dos proprietários da área, subscrevem a petição no sentido de se legislar em vista da anexação.

A população que será consultada, se utiliza de todos os serviços e equipamentos urbanos do Município de Siqueira Campos, pertencendo quase só do ponto de vista fiscal do Município de Tomazina.

Porque é em Siqueira Campos onde realizam seu comércio, mantêm seus vínculos sociais, enfim, onde obtém a satisfação das suas necessidades de municípios. Diante dessa realidade, impõe-se a transferência dessa área para o Município de Siqueira Campos, o que certamente persuadirá a Casa, no sentido do acolhimento do projeto”.

“ANTEPROJETO

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO NA REGIÃO DE BARRA MANSA, CUJO TERRITÓRIO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE TOMAZINA, A SER ANEXADO AO MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS.

— Começa na cabeceira do Ribeirão Lajeado, de onde por linha seca alcança a nascente do Ribeirão da Perobá; deste ponto por linha seca rumo Sudoeste alcança a nascente do quinto afluente da margem direita do Ribeirão Barra Mansa, descendo o referido afluente até sua foz no Ribeirão Barra Mansa, pelo qual desce até a foz da Água do Uru, de onde, por linha seca alcança o Ribeirão Bonito na foz do Ribeirão da Fazenda; desce o Ribeirão Bonito até o primeiro afluente, pelo qual sobe até sua nascente de onde segue pelo divisor até alcançar o divisor das águas dos rios Itararé e Cinzas, seguindo por este divisor rumo Noroeste até alcançar a nascente do Ribeirão Lajeado, ponto de partida.”

Passo em seguida, à leitura do abaixo-assinado dos signatários:

“Vêm, os signatários do presente, com o devido respeito, expor e solicitar o que segue:

a) os signatários são todos proprietários de imóveis situados no Bairro Barra Mansa, Município de Tomazina, Estado do Paraná, lugar onde são residente e domiciliados, sendo todos eleitores;

b) embora residindo e exercendo suas atividades no Município de Tomazina, os signatários sentem-se muito mais ligados ao Município de Siqueira Campos, em cuja sede vendem as suas produções, compram o que precisam, mantêm suas contas bancárias, são financiados pelos estabelecimentos de crédito, recebem assistência médica e hospitalar;

c) tudo no Bairro em que residem, gira em torno de Siqueira Campos, sendo que, inclusive, a estrada que os comunica com Siqueira Campos, além de mais curta, é transitável mesmo em dias chuvosos, o que não ocorre com a estrada para Tomazina;

d) diante dos esclarecimentos acima prestados, vêm os signatários solicitar a essa nobre Assembléia Legislativa que tome as necessárias medidas legais para a transferência da área relativa ao Bairro Barra Mansa, situado no Município de Tomazina, para o Município de Siqueira Campos.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Município de Siqueira Campos divide com Tomazina numa linha seca mais ou menos na extensão de 20 km e, para justificar, a estação ferroviária de Siqueira Campos passou à estação ferroviária ao lado esquerdo, já se encontra no Município de Tomazina.

Solicito dos prezados Pares desta Casa, a compreensão. Neste abaixo-assinado seguem todos os proprietários da área. Inclusive, neste bairro residem: o Sr. Vice-Prefeito, o ex-Vice-Prefeito de Tomazina e dois Vereadores de representação na Câmara Municipal de Tomazina. Todos são signatários deste abaixo-assinado para pertencer à anexação ao Município de Siqueira Campos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

No momento em que chegava ao triunfo da Emenda Constitucional proposta pelo Deputado Álvaro Dias e após as conversações, os diálogos, os ajustes e acertos obtidos no Parlamento Nacional, nós já formulávamos a Emenda Constitucional a nível de Estado do Paraná.

Como ficamos ausentes nestes dias, tomamos conhecimento, através da imprensa, que o nobre Deputado Presidente

da Comissão de Constituição e Justiça, Airton Cordeiro, apresentara ontem uma proposta de Emenda Constitucional adaptando o texto da Constituição Federal à Constituição do Estado, com relação à aposentadoria dos professores.

Como já havíamos produzido um texto também neste mesmo sentido, com algumas assinaturas de eminentes Deputados da Oposição, queremos apenas para roborar, e sem a pretensão de desmerecer a proposta do eminente Deputado Airton Cordeiro, propor também à Assembléia Legislativa, além do texto proposto pelo Deputado Airton Cordeiro, uma alteração com relação ao problema do magistério paranaense. Longe da nossa pretensão, querer não só diminuir, mas também nos adiantar à proposta feita pelo Deputado Airton Cordeiro; ao contrário, queremos, inclusive, subscrevê-la na parte que adapta o tempo de serviço, para efeito de aposentadoria.

Entretanto, como a nossa proposta que já estava sendo formulada, é mais abrangente e alcança objetivos mais claros e mais explícitos, com relação à remuneração de professores, estamos propondo uma emenda que além de falar, além de buscar a alteração proposta pelo Deputado Airton Cordeiro, também a que se refere à remuneração condigna aos professores, os quais não poderão receber vencimento básico inferior a três vezes o salário-mínimo fixado para a Capital do Estado.

Isto se deve, aos ajustes, acordos, e principalmente aos confrontos entre o Estado e a classe do Magistério Paranaense, com relação ao grande problema da defasagem salarial. E não é só, uma vez que o Chefe do Poder Executivo, juntamente com o Secretário da Educação e Cultura, tem manifestado clara e abertamente à Imprensa, que houve um acordo entre o Magistério e o Governo do Estado, no sentido de fixar o piso salarial básico de dois salários-mínimos regionais, previstos para a Capital do Estado, é de se imaginar, para evitar polêmica e também as constantes mobilizações do professorado paranaense, culminando, inclusive, com greves.

Então, propomos que haja nesta Constituição casuística, a abrangência de texto constitucional, para que os professores obtenham através da Carta do Estado, a declaração do direito, de poderem perceber pelo menos, três salários-mínimos regionais, como piso para que se evite os desajustes e as reiteradas greves que os professores têm feito, com relação ao salário-mínimo.

E não é de se postergar, Sr. Presidente e também de se esquecer, que apesar de ter sido fixado em acordo e em lei, o Governo do Estado do Paraná não está cumprindo o pagamento de dois salários-mínimos regionais para as normalistas. E para que possamos evitar tropeços no entendimento entre o Magistério e o Governo do Estado, nós estamos propondo, juntamente com esta emenda, no mesmo texto e pedimos até, que se junte uma proposta à outra, à do Deputado Airton Cordeiro com esta, para que, não só a Comissão de Justiça, mas também esta Assembléia, possa apreciar com critério isento, para que a Constituição consagre, no seu texto e no seu preceito, o piso salarial de pelo menos, três salários-mínimos regionais, para os professores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra, ao orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem qualquer constrangimento que caracteriza a todos os administradores públicos sem compromisso popular e democrático, o Ministro da Previdência Social, Jair Soares, confessou que as dívidas da União estão levando seu Ministério à falência. O desvio freqüente de recursos da previdência para outros setores vem se constituindo em prática corrente. Entre eles, destacamos: um bilhão para Itaipu, recursos para a SIDERBRÁS, NUCLEBRÁS, Instituto de Resseguros do Brasil e Companhia Vale do Rio Doce. Além disso, reconhece o Ministro, sem qualquer

inibição, foram construídas obras faraônicas, sutuosas, que oneraram o orçamento da Previdência. Durante mais de trinta anos as verbas foram desviadas para a construção de obras de infra-estrutura e para projetos imobiliários. O INAMPS, com receita de um trilhão e duzentos milhões para 1981, não terá condições de fazer frente às necessidades impostas pela própria previdência.

É evidente o absurdo, Senhores. Retirar recursos da Previdência Social para sua aplicação em setores, obras, projetos, que sabemos, mais consultam a interesses de grupos econômicos monopolistas que à felicidade de nosso povo. Mas, o absurdo nas declarações sem pejo de nosso Ministro da Previdência Social não termina aí. Ele já anuncia a fórmula que o Governo encontrou para superar esta dificuldade. E, como sempre aconteceu desde que este regime de força se impôs à Nação, a partir de 1964, é o povo que deverá pagar o ônus da incúria, do despropósito denunciado pelo Ministro. Já se fala em reduzir o serviço médico para economizar. As medidas de redução de gastos foram implantadas primeiro em São Paulo e serão estendidas a todo o País. Com a sabedoria do tecnocrata impune, informa que será estabelecido o limite de onze cirurgias para cada mil consultas, de dez exames radiológicos para cada cem consultas e mesma proporção para os exames de laboratório.

Ou seja, em cada mil, a assistência atende apenas onze, nos casos que exigem cirurgia. O restante, como é povo, pode morrer. Assim se economiza à custa da vida do brasileiro. Porque em nenhum momento o mesmo Ministro falou em reduzir os gastos com mordomias. Em nenhum momento explicou porque a necessidade de um jato, comprado recentemente. Não disse o Ministro que pretende reduzir os gastos burocráticos da previdência, que consomem grande parte do orçamento. A burocratização, a má administração, os privilégios absurdos não serão tocados. Fala o Ministro em retribuir os empresários, para fazê-los arcar com um ônus suplementar: o déficit da Previdência. E esta retribuição recairá principalmente sobre a pequena e média empresa, responsáveis pela oferta de 75% dos empregos no País.

O cinismo do Governo neste caso, se agiganta quando se percebe que estas medidas escondem na verdade a intenção antiga de privatizar a Previdência Social. Denunciou o Deputado Álvaro Dias, na Câmara Federal, que o INAMPS mantém sigilo em torno de suas orientações, mas o povo será prejudicado, como sempre. E isso fica claro quando o Ministro demonstra que pretende descredenciar médicos para aumentar os financiamentos às redes de hospitais e clínicas particulares, privilegiando aqui, exatamente aqueles setores que vem caracterizando sua ação pela fraude que corrói o orçamento da Previdência.

Em detrimento dos médicos, que do Governo merecem a Lei de Segurança Nacional e a intervenção em seu sindicato, em detrimento dos interesses populares, deste povo doente, o Ministro pretende mais uma vez privatizar os lucros, socializar os prejuízos e aprofundar a miséria que caracteriza esta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, inscrito.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ponta Grossa, por muitas vezes é notícia nacional.

Nos anos de 70, 71, 72, foi notícia não só no Estado do Paraná como também no Brasil, com repercussão até internacional pela criação de incentivo à industrialização que levou a Ponta Grossa grandes empresas como a SANBRA, CARGYLL, ANDERSON CLAYTON, QUIMBRASIL, JURASHIKI, CERÂMICA SUL BRASIL entre outras.

Era o orgulho dos pontagrossenses, como cidade paranaense pioneira no sucesso da industrialização, através do Plano de Desenvolvimento - PLADEI, ali criado pela administração

municipal.

Os anos foram passando, o ICM municipal passou a crescer e trouxe como resultados compensadores um melhor orçamento para a Prefeitura de Ponta Grossa.

O anseio de todo pontagrossense idealista e consciente, era, evidentemente que o Erário Público fosse bem aplicado; bem aplicado no favorecimento da necessidade do povo do município.

A arrecadação cresceu e cresceu mesmo, do oitavo lugar, o ICM passou para o terceiro lugar, só perdendo para Curitiba e Londrina.

Com isso, havia empregos na cidade.

Era a valorização do homem, da família.

Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

O atual prefeito, que como candidato venceu a eleição, criticando severa e injustamente o Governo.

Como o povo pontagrossense pode hoje aceitar esse comportamento do Partido do Governo.

O alcaide captou a confiança de uma grande parcela da população, e foi eleito.

Havia na oportunidade ainda o euforismo dos empregos surgidos pela industrialização.

Havia a esperança da demagogia, dos ataques ao Governo que o então candidato, depois de eleito, poderia muito realizar. Pois, ele o prometeu.

Mas as promessas estão aí, até hoje.

Como antagonista, eleito ontem, foi à cidade de Natal e caluniou estrondosamente o Governador do Estado do Paraná.

E, dali para frente, Ponta Grossa passou a ser notícia nacional.

Não com euforia para os pontagrossenses.

Passou a ser notícia nacional para tristeza dos pontagrossenses.

Após outros desmandos, que vieram a constituir para Ponta Grossa, em vergonha no noticiário nacional.

E agora culmina com a demolição de uma praça para construir um terminal de ônibus, cujas verbas estão sendo encaminhadas pelo Governo do Estado.

As manchetes dos jornais de Curitiba são as seguintes: No Estado do Paraná — “Povo subiu em árvores”.

“O Protesto de Bigarella”.

Na Tribuna — “Ponta Grossa impede o fim de sua praça”.

E, o que lamento como pontagrossense, e que lamento profundamente, e hoje, esse moço irresponsável, o alcaide, ter sido admitido no partido do Governo.

É realmente lastimável a atitude dos que representam o Governo no Paraná.

O Governo ofereceu dinheiro àquele que ontem foi eleito criticando o próprio Governo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, lerei rapidamente o protesto ao Professor Bigarella: “O presidente da Associação da Defesa Ambiental protestou ontem pela tentativa de corte de árvores na Praça Barão do Rio Branco, em Ponta Grossa e apoiou o movimento ecológico da população que ontem à tarde, subiu nas árvores na tentativa de impedir que fossem cortadas.

A Prefeitura de Ponta Grossa deseja construir um terminal de transportes na praça, mas, segundo Bigarella, para uma cidade com pouca arborização como Ponta Grossa, seria importante procurar outro local, pois é um crime destruir as árvores da praça. Ele lembrou da Central Park de Nova Iorque numa amostra de como é possível compatibilizar a conservação da natureza com o progresso. Ele considerou muito mais justo o movimento da população que ontem à tarde enfrentou, inclusive efetivos da Polícia Militar e os funcionários a postos, com as suas motosserras.

Voltarei mais um tempo no horário da Liderança, por cinco minutos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deni Schwartz) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não poderíamos, na última sessão desse período, deixar de fazer considerações e tecer comentários sobre um assunto que reputamos de certa gravidade. Um jornal da Capital, na edição de domingo, denuncia o coordenador da LBA no Paraná, Amosis Correia de Freitas, de estar praticando atos desabonadores à sua conduta de delegado da Bancada Federal, porque foi esta que o escolheu para coordenador da LBA no Paraná, extrapolando de suas funções, comprometendo a sua imagem e mesmo a do Governo Federal.

Denuncia o jornal de domingo, de que o Senhor Amosis estaria fazendo política em proveito próprio, distribuindo material fartamente a elementos que no futuro agregassem, se incorporassem à sua campanha de candidato a Deputado Estadual.

Em Antonina, município que tenho a honra de representar nesta Casa de Leis, ocorreu um fato semelhante praticado pelo mesmo personagem. Ele mandou uniformes escolares para serem distribuídos aos colegiais carentes de Antonina, material esse que deveria ser distribuído por um cidadão que faz política consigo. Quando com muito acerto, a senhora Nilza Machado, que representa a LBA em Antonina, intitulou-se, muito acertadamente, que deveria ser ela a distribuidora daquele material escolar, daqueles uniformes, contra o que se indispôs o Senhor Amosis e pediu que o material fosse devolvido a Curitiba.

Nós denunciemos o fato divulgado pelo Jornal "Diário Popular" e fazemos coro com esse jornal, porque em Paranaguá, o seu irmão, pretendo candidato a vereador pelo PDS em Paranaguá, faz média à nossa custa, ao nosso modesto trabalho e há pouco tempo, esse trabalho consubstanciado por uma liberalidade do Sr. Secretário da Cultura, o Deputado Luiz Roberto Soares que destinou uma verba a um clube, Clube dos Valadares, a Niterói de Paranaguá, veio o Sr. Roberval Correia de Freitas, irmão do Senhor Amosis, dizendo que ele foi o autor da verba cedida pela Secretaria da Cultura, àquela entidade assistencial. Nós admitimos que pessoas no exercício de cargos de confiança do Governo Federal, não podem, com o tempo de sobra que eles têm e em contrapartida, tempo escasso que nós Deputados temos, ficarem fazendo política, e não dizemos isso porque somos do PDS. Defendemos também, Deputados do PMDB, do PP, seja de que Partido for.

Abominamos esse tipo de fazer política. Fazemos uma denúncia nessa Assembléia Legislativa e voltaremos depois do recesso, se necessário for, com mais dados, com mais elementos para que eles fiquem de sobreaviso, porque nós não nos acomodamos, nós não nos intimidamos e vamos às últimas consequências, para manter a nossa imagem, a nossa credibilidade, o nosso conceito de homens que trabalham, que não temos cargos públicos para fazermos política com dinheiro alheio.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A partir de amanhã este Poder estará em recesso. O Parlamento só volta as suas atividades normais em agosto e isto nos preocupa. Por mais castrado que esteja em suas funções, o Parlamento ainda é, nestes dias de tão reduzidas liberdades políticas, uma tribuna que se põe à disposição dos interesses democráticos, populares e nacionais. Se constitui, ainda, em canal para as denúncias, os protestos, as reivindicações do amplo con-

junto da população que se vê prejudicada pela ação de um Governo totalmente contrário às suas aspirações.

Não é sem razão que este Governo vem aproveitando os períodos de recesso parlamentar para impor suas decisões mais arbitrárias. E quando o recesso não é normal, impõem o fechamento do Parlamento, como aconteceu quando da imposição do pacote de abril. Nosso temor é pelo que possa estar reservado ao povo deste País, neste período em que interrompemos nossa atividade. Não que pudéssemos impedir qualquer ação, pois isso quem poderá um dia será o próprio povo mobilizado e lutando por seus interesses. Mas hoje constituímos um obstáculo a pretensões que por vezes raiam do absurdo.

Não estaríamos preocupados, Senhores, se esta Nação tivesse vida democrática, amplas liberdades políticas, e os direitos básicos de todos os cidadãos fossem respeitados. Mas como poderemos fechar os olhos à condenação de jornalistas, à apreensão de jornais, à impunidade de terroristas de direita, à ameaça de casuísmos eleitoreiros com o que pretende o Governo manter o monopólio do poder em poucas mãos e a serviço de interesses tão pequenos diante das necessidades e aspirações tão grandes de nosso povo?

Ontem, o Padre Reginaldo Veloso, pároco do Morro da Conceição, no subúrbio recifense da Casa Amarela, foi condenado a dois anos de reclusão com base na Lei de Segurança Nacional, acusado que foi de compor um hino sacro considerado ofensivo ao Supremo Tribunal Federal. Os hinos sacros também são julgados e até eles podem ameaçar um regime a viver a irracionalidade que se volta contra tudo e contra todos que possam manifestar suas apreensões, mesmo que isso seja feito por um padre da Igreja Católica, através de um hino sacro.

O Governo esperou para hoje, último dia da atividade parlamentar, para anunciar os resultados do IPM que apurou responsabilidades no episódio da explosão de bombas no Riocentro e que envolveu militares do DOI-CODI. É a forma de impedir que o Parlamento se pronuncie mais uma vez sobre essa questão, tão nítida para toda a sociedade, mas tão embaraçosa para o Governo. Vê-se que mesmo um Parlamento sem poderes constrange um regime tão avesso à prática da democracia.

Para o final deste período de atividades parlamentares, o Governo reservou também, medidas econômicas antipopulares que vão desde a alta no preço dos combustíveis, alta no preço das prestações do sistema nacional de habitação, alta geral no custo de vida. Na vida tão precária de milhões de brasileiros. Sobem todas as tarifas de serviços públicos: energia elétrica, transportes, telefones, água. E aí vai o rosário de lamentações.

O recesso parlamentar é a oportunidade mais adequada para todas estas medidas, sob a ótica governamental. Não porque o Parlamento pudesse impedi-las, — voltamos a dizer, mas simplesmente porque o Parlamento as recusa, porque a oposição se utiliza desta tribuna para refletir, para denunciar, para exatamente condenar tais comportamentos. E este Governo não tolera denúncias. Este Governo e este regime não admitem denúncias, seja na forma de matérias nos jornais, de discursos no Parlamento ou até mesmo através de hinos sacros, como esse que determinou a condenação do Padre Veloso a dois anos de prisão.

A partir de amanhã o Governo estará mais à vontade, é óbvio, para, se for necessário, prender jornalistas, para prender padres, para intervir em sindicatos de médicos, para elevar o custo de vida, para tramar os casuísmos eleitorais, para elevar o custo de vida, para entregar nossas riquezas ao capital monopolista estrangeiro. A partir de amanhã, o Parlamento, que pouco pode impedir, estará calado para denunciar e isto lhe dá um poder que, exercitado pela Oposição, cresce diante de um Governo que não pode tolerar críticas e ver denunciadas suas mazelas.

É óbvio que ainda não será para este recesso. Mas para o próximo, no final do ano, que o pacote de casuísmos eleitorais que o Governo vem preparando para tentar ganhar as eleições de

82, já estará em tramitação. Isto podemos falar com a convicção, porque conhecemos as manhas, o jogo que estabelece regras do jogo.

É por isto que tememos sempre. Porque com o recesso a apreensão é visível diante do que está sendo indicado pelas últimas atitudes do Governo. Está aí Delfim Neto sempre a preparar novas arapucas para exatamente prejudicar a vida, e até a sobrevivência do brasileiro.

Mas engana-se o Governo. Ontem, quando do julgamento do Padre Veloso, três mil pessoas aguardavam o resultado fora do tribunal e exigiam a liberdade de seu pastor. Para impedir a manifestação popular de repúdio à essa arbitrariedade e violência, um batalhão de choque da Polícia Militar lá estava para defender quem aplicou a Lei de Segurança Nacional e até, por via de consequência, reprimir a população, caso esta insistisse em protestar.

É este o quadro. É esta a realidade. De um lado o regime, seus adeptos, seus defensores, seus bajuladores. De um lado o Governo, suas leis, sua justiça, sua polícia. De outro, o povo, seus líderes, seus padres, sua fé. São estas forças que se opõem, Sr. Presidente. E nós, democratas, aprendemos com a história, que o povo acaba vencendo. Contra todas as forças, contra todo o aparato militar, contra toda repressão possível. A falta de um Parlamento, constroem-se tribunas populares, ou até o púlpito serve para as denúncias. A falta de tribunas, o povo redescobre a forma de luta que é a parteira efetiva da história. E por mais que o arbítrio se imponha pela violência, por mais que as leis sejam estabelecidas para favorecer a poucos, nada impedirá que o povo alcance o que pretende. Pode existir quartelada aqui ou acolá, podem ocorrer casuísmo neste ou naquele sentido. Podem, os poderosos que estão de plantão no Poder, imaginarem tê-lo "ad eternum". Mas, não há dúvidas, Sr. Presidente, Sr. Deputados, que dia após dia, aumenta o fosso à distância entre os que nos dirigem e aqueles que apoiam os que dirigem e a Nação brasileira. Mas nós também devemos deixar ao menos alguma esperança. Porque esperamos que este recesso, a expulsão de estrangeiros que aqui vivem, que se transformaram em símbolos da resistência popular, por dias melhores, não ocorram.

Esperamos a intervenção, não em sindicatos, mas a intervenção do Governo para minorar a crise econômico-financeira, que ele mesmo gerou.

Será possível, Sr. Presidente, que não vê o Governo, que os trabalhadores já não aceitam placidamente esta arbitrariedade, ora intervindo nos sindicatos, ora ameaçando, ora impondo a triste e draconiana, Lei de Segurança Nacional.

Não há dúvida de que estas nuvens que estamos delineando, são também os sinais deste tempo em que vivemos. E aqueles que respaldam ainda este regime, também serão responsabilizados pela história, pelas consequências, de sua opção. Porque sabemos, que historicamente haverá um julgamento. E aqueles que fizeram a opção, serão portanto responsabilizados por ela.

Nós, do PMDB, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos fazer do recesso, não um período de férias, mas a oportunidade de convívio mais intenso e frutífero com as bases populares que inspiram nossa ação.

Mas não vamos renunciar à nossa vigília. Inclusive nesta Assembléia pretendemos estar presentes ao menos por um determinado número de Deputados de nossa bancada, para acompanhar todos os momentos da vida política neste mês de julho. E o resultado do IPM do Rio Centro, à continuidade de pretensas mudanças casuísticas, como a todos os possíveis desmandos, queremos ter a resposta pronta e imediata. Com a firme disposição de manter o nosso mandato, todo o tempo, a serviço dos interesses democráticos, democráticos populares nacionais, que nos dignificam.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Líder do PMDB, Vossa Excelência colocou de maneira muito correta e nós entendemos que o Inquérito Policial Militar, o IPM no nosso entender, já está pronto há algum tempo. E que usando aquela surrada tática, o sistema deixa para divulgá-lo no último dia das atividades parlamentares, para fugir evidentemente aos debates em plenário. E segundo alguns jornais já noticiaram este IPM trará a versão oficial, de que terroristas de esquerda atiraram uma bomba dentro do puma que estava estacionado no Rio Centro.

Com relação à divulgação neste último dia útil de atividades parlamentares, antes do recesso de meio de ano, devemos lembrar, que se não me falha a memória, a cassação de Alencar Furtado, ocorreu também neste mesmo período. E dependendo do resultado que alguns jornais já se antecipam, e, se na verdade, acusarem terroristas de esquerda de terem atirado bombas no veículo, as Forças Armadas perderão uma grande chance de restaurar a confiança do povo, povo que sabemos, não é bobo, e que não vai aceitar tal zombaria.

Seria a mesma coisa que dar um tapa no rosto da consciência nacional.

É querer zombar de 120 milhões de brasileiros. O resultado deste IPM, se for distorcido, nobre Deputado, irá desgastar, ainda mais, as Forças Armadas.

E, como brasileiros, queremos que as Forças Armadas sejam preservadas; elas não podem sofrer todo este processo de desgaste por culpa de meia dúzia.

O Presidente Figueiredo já teve o apoio das Oposições, naquele momento, e entendo que, dependendo do resultado desse IPM, ele deva assumir uma posição em nome da Pátria, em nome dos brasileiros que aqui vivem e aqui sofrem.

Querer deturpar os fatos do Rio Centro é zombar de todos nós, volto a repetir. Eu acredito que os grupos nacionalistas, mais conseqüentes, das Forças Armadas, deverão agir no sentido de preservar a instituição.

É o que queremos e é o que esperamos, Deputado Nelson Friedrich. A instituição não pode pagar por inconseqüências de uns poucos. Então, vamos aguardar o resultado do IPM, mas a gente, praticamente, já até conhece o conteúdo, porque isto é normal nestes processos.

Eles vão, evidentemente, acusar grupos de esquerda, de terem perpetrado aquele atentado. Agora, não há explicação lógica. A bomba estava, efetivamente, no colo do cidadão.

Mas, mesmo assim, com todos esses indícios tão visíveis, que qualquer criança no primeiro ano de instrução sabe, mesmo assim, tudo indica, que nós teremos que aceitar a pecha, que eles irão zombar mais uma vez, em toda a Nação brasileira, com a divulgação desse IPM.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Deputado Fiori Luiz, e não há dúvida de que a Nação, por inteiro, tem a clareza, a nitidez, sobre o atentado terrorista.

Mas, como dizíamos nós, no pronunciamento, para o Governo a questão é embaraçosa, e é óbvio que, tanto no seu aparte, como nas nossas colocações, temos sido céticos quanto ao resultado não só deste como de outros IPMs, dado exatamente a seqüência, a continuidade da impunidade que ocorreu até hoje.

Mas, esperamos que haja um mínimo de respeito para com a Nação brasileira. Porque este regime que é tão pródigo, por exemplo, contra o Padre Reginaldo Veloso, que praticou o grave crime de montar e produzir um hino, o "Vito, Vito Vitória", uma homenagem ao seu colega de clero, Padre Vito Miracapillo, exatamente agora a Lei de Segurança Nacional aí está para colocá-lo atrás das grades.

Mas, um Governo que é potente, exatamente, para, através de uma lei violentíssima, draconiana, medieval, como a Lei de Segurança Nacional, ali ele é potente, é forte, é decisivo. Mas, amarra-se, e se embaraça, quando há que decidir, há que se definir

com clareza diante de um IPM, que chacoalhou com a consciência nacional, e que a Nação, por inteiro, teve a nitidez do seu quadro, quem é que produziu, como é que aconteceu a coisa. E a imprensa lá esteve presente, registrando o acontecimento.

É extremamente interessante como os regimes fortes são frágeis, quando as questões são básicas e atingem os porões do seu Poder. Mas, são fortes para irem em cima de inocentes, irem em cima dos opositores, dos que criticam e condenam, como fazem e fizeram, há pouco, com Reginaldo Velloso, pároco do Morro da Conceição, nos arredores de Recife.

É assim que eles agem, é assim que eles se comportam diante da Nação brasileira.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, em primeiro lugar, devo dizer que, neste último dia de período legislativo, Vossa Excelência ocupa a tribuna para alinhar um quadro dos mais negros, sem nenhuma luz para este povo sofrido e cansado, inclusive, de ouvir a voz da Oposição fazer as previsões “nostradamianas” que poderão ocorrer após este pequeno recesso. É preciso que Vossas Excelências esqueçam um pouco do assunto, uma vez que os prazos estavam findos, virem novamente a antecipar decisões.

Acho, e repito mais uma vez, nobre Líder da Oposição nesta Casa, que não podemos ter a levandade de adiantar soluções, ou decisões, ou ainda responsabilizar pessoas, antes que tudo isso, dentro do processo, dentro do inquérito, levem à decisão de uma forma derradeira.

O Deputado Fiori Luiz, em aparte, já fez um adiantamento das soluções. Acho que o nobre Deputado não tem nenhum crédito na Casa para antecipar as soluções. Porque, das últimas previsões que ele fez, não foram corretas. Acho que talvez esta previsão que, hoje, ele faz com relação ao encerramento, às conclusões do Inquérito Militar do Rio Centro pode ser que não estejam certas. Deus queira que não estejam certas, o País quer que não estejam certas; as Forças Armadas têm o maior interesse para que haja uma solução, para dar solução à Nação e para que possamos prosseguir neste caminho, muitas vezes, difícil das eleições democráticas de 1982.

Então, nobre Deputado, Vossa Excelência que prevê, da tribuna, que durante o recesso parlamentar estaremos nós todos ameaçados das mais medonhas medidas por parte do Governo Federal, discordo de Vossa Excelência, porque o Poder Executivo não tem tido — e isto, historicamente é muito fácil de provar — nenhum melindre do Poder Legislativo. Ao contrário, temos tido, quando assim o deseja o Poder Executivo, pisados e humilhados. Então, não seria este recesso de julho de 1981, que daria, quando as vozes da Oposição estão caladas, que daria ao Governo condições de fazer aquilo que Vossa Excelência prevê.

Apenas queria apartear Vossa Excelência para que Vossa Excelência dentro do seu raciocínio, dentro de sua cultura, dentro de sua sabedoria, dentro de sua experiência parlamentar, não deixe, ao povo do Paraná — se o seu discurso for publicado nos jornais de amanhã, um quadro tão negro dessa situação.

Vamos esperar que, realmente, as Oposições sejam fortes como elas acham que são e possam suplantar, através do voto que, graças a Deus, Vossas Excelências não puseram dúvidas se vai ser secreto ou não, mas todos os casuísmos que Vossas Excelências acham que o partido do Governo vai impingir ao Partido de Vossas Excelências para que possamos, então ter no ano que vem, uma eleição democrática, livre, com voto secreto e universal e que o povo possa, realmente, se manifestar e dar a este País uma demonstração de que nós podemos chegar a uma democracia sem bombas, sem violência e sem sangue e eu peço a Vossa Excelência que dê, desta tribuna, esta mensagem também, porque o brasileiro precisa, nobre Depu-

tado, sob pena de estarmos mergulhados definitivamente, num processo de ida sem volta, que seria o pior para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu faço com referência ao aparte, algumas colocações. É óbvio que o PMDB e nem o Deputado Fiori Luiz promoveu qualquer pré-julgamento e nem antecipamos decisões. O que nós temos são razões suficientes e a Nação é testemunha disso, de duvidar, de questionar, de se tornar céptico, qualquer cidadão, diante da apuração dessa ou daquela responsabilidade, num País que tem mais de 100 atentados e nenhum foi conclusivo, a não ser que Vossa Excelência acredite que Ronald Walters realmente é a grande vítima, o grande culpado do atentado à OAB, de maneira isolada, porque até nas ruas está em liberdade.

O Sr. Gabriel Sampaio — Eu não disse isso, Deputado. Jamais disse isso.

O SR. NELTON FRIEDRICH — É a prova que nós estamos exatamente dizendo de que as razões é que nos assistem, é que estão conosco, porque até esse instante nós não temos tido nenhum inquérito que efetivamente chegou à conclusão e que colocou na prisão os que foram encontrados como responsáveis.

O segundo aspecto que Vossa Excelência se refere ao quadro negro em que vive a Nação brasileira, me parece que é escamotear a realidade, acima da crítica, é uma mera constatação e o que nós falávamos aqui, é que realmente o Governo tem sido pródigo, tem sido hábil em aproveitar períodos de recesso, para tomar posições e decisões, ainda mais violentadoras dos interesses nacionais.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado, se Vossa Excelência tivesse razão, eles esperariam mais dois dias para aumentar a gasolina, Deputado. Eu sou contra o aumento. Acho isso uma barbaridade, assinei há pouco um requerimento do Deputado Lázaro Dumont, fazendo um voto de repúdio ao Conselho Monetário que fez mais esta aberração, pois nenhuma razão houve para que eles pudessem fazer este aumento. Se Vossa Excelência tivesse razão, eles esperariam mais 48 horas para fazer o aumento e então Vossa Excelência vê que nós com a tribuna livre do Parlamento paranaense, brasileiro, não é a barragem que vai impedir a atual administração que nós colocamos...

O Sr. José Tavares — Permite um aparte, nobre Deputado? **O SR. NELTON FRIEDRICH** — Logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — (Faz soar os tímpanos)

A Mesa lembra ao nobre Deputado que falta um minuto para o término da sua oração.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Ocupará durante o horário da Liderança o nobre Líder, por cinco minutos e os 10 restantes, ocupará o Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas eu só quero concluir em cima do aparte do Deputado Gabriel Sampaio, de que o quadro é negro e cada vez está aumentando mais essa nebulosidade sobre o horizonte do Brasil e especialmente no final do aparte do ilustre Deputado, falava que daqui a pouco a Oposição só falta achar que o voto não será mais nem secreto. Não, nós entendemos que o voto será secreto no Brasil. O que está em andamento com o aval, o endosso e a fiança do PDS, é exatamente a pretensão de o que acontecer, queremos democracia nesse País, mas uma democracia em que a Oposição não possa chegar ao poder, queremos eleições, talvez até para Presidente da República, mas desde que o Presidente da República não seja da Oposição. Se quer eleições em 82, mas desde que determinadas regras sejam postas que possam garantir a estabilidade dos que estão no poder a qualquer custo, porque o monopólio do poder, o poder de decisão não admite, de maneira nenhuma, que saia de suas mãos. É essa a democracia oficial, a maquiada democracia que se pretende. Ora, que haja eleições, que tenhamos eleições para Governador, que tenhamos uma série de coisas mas desde que não altere substancialmente o poder.

Tem o aparte, o Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Meu prezado Líder, eu decidi fazer um aparte ao seu pronunciamento seguro, oportuno, exatamente no momento em que eu ouvia o nobre Deputado Gabriel Sampaio opor reparos às afirmações que Vossa Excelência fez e também o Deputado Fiori Luiz, em aparte que lhe fizeram. Eu não sei qual é o entendimento do Deputado Gabriel Sampaio com relação a palavra — casuismo —, porque, casuismo — no meu entendimento, é fazer o que o Governo fez até hoje e o que ele pretende fazer daqui para frente é toda vez que ele vê que a Oposição está próxima do Poder, ele coloca um obstáculo quase que intransponível, à Oposição. Agora, o Governo está sentindo, que no ano que vem ele será derrotado, porque, o povo assim o deseja, porque o povo está cansado de ser massacrado, ser usurpado e, fatalmente nobre Líder, o ano que vem se as eleições ocorrerem, o Governo será derrotado, é questão de eleições, vão ocorrer Deputado. Quer queira o Deputado Gabriel Sampaio ou não.

Então, não adianta o Deputado vir aqui demonstrar preocupação, diante das afirmações que Vossa Excelência está fazendo, no último dia deste período legislativo. Realmente, neste governo, ninguém mais acredita, das palavras dos governantes não dá para se tirar mais nada, é só mentira, é só promessa. Como é que nós vamos acreditar num resultado de um IPM, que a Nação inteira sabe quais foram os seus autores e que o Governo até agora não admite. Agora, o Deputado Gabriel Sampaio, eu tenho para mim, que ele sabe também como nós sabemos, que um dos autores do atentado do Rio Centro foi o capitão Wilson, mas ele não tem coragem de dizer isso, como também não tem coragem de assumir os casuísmos do Governo. Eu não sei se para Vossa Excelência sublegenda é casuismo, eu não sei se proibir coligação é casuismo, eu não sei se vincular voto de vereador, de querer alterar regras da legislação eleitoral é casuismo ou não.

Está na cara que é casuismo. Eu não sei se Vossa Excelência é contra ou a favor, muito pelo contrário. Vossa Excelência é do Governo, não acha que Ronald Watters não é autor do atentado à OAB, mas também, não tem coragem de assumir a realidade. Olha, eu fui adepto do PSD, eu era criança naquela época, mas, Vossa Excelência está sendo PSD mais "Maria Mole" que eu já conheci na minha vida. Eu não sou contra nem a favor, muito pelo contrário. É só por isso, nobre Deputado, que eu fiz este aparte a Vossa Excelência, porque eu estou cansado de ouvir o Deputado Gabriel Sampaio, dizer que ele também concorda com muita coisa mas, na realidade, não é bem isso, porque na realidade é aquilo. Ora, conversa fiada, o Brasil, o povo inteiro está cansado e eu também, estou começando a cansar de ouvir conversas fiadas do Deputado Gabriel Sampaio.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte e ao menos, mobilizou um pouco a mais esta atividade parlamentar no último dia.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência tem um minuto.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço e concluo, e peço aquiescência para assim fazê-lo devido ao horário, dizendo tão somente, Sr. Presidente: que nós temos razões evidentes, para de maneira apreensiva quando entramos num recesso. Mas, não há dúvida de que, como disse neste pronunciamento, se nós não temos força para impedir qualquer ação do governo e suas medidas prejudiciais à Nação brasileira, mas, na verdade, o parlamento funcionando, a atividade política e a atividade parlamentar por mais acanhada e deficiente que esteja, é na verdade, um grande obstáculo às pretensões que por vezes raíam ao absurdo. E nisso, o Governo tem sido realmente pródigo, as suas atitudes, normalmente, beiram até ao absurdo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que tem 10 minutos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo recentemente, mandou, determinou, que se fizesse uma operação policial de desarmamento e combate à violência no Oeste do Paraná. A primeira vista, Sr. Presidente, pode ter sido até um ato elogiável da parte do Governo, e quem sabe até tenha sido. Ocorre o seguinte: que os policiais, talvez, pelo fato de lidarem no dia a dia com a violência e com o agravamento da mesma, da violentação que se comete em todos os níveis da sociedade, tenham se habituado a agir da mesma maneira.

Em Foz do Iguaçu, no final da semana retrasada, dia 18, 20, aproximadamente, aconteceram episódios os mais repugnantes que possam ser cometidos por uma corporação encarregada da segurança pública. Um grupo de policiais civis chegou à Rodoviária Municipal de Foz do Iguaçu e, sem qualquer respeitabilidade aos passageiros determinou, sob ameaça de agressão física e de prisão, que os transeuntes e os passageiros, os viajantes que ali se encontravam para comprar passagens ou para tomar o ônibus, que ficassem imediatamente contra a parede e de mãos para cima, para o alto.

Ocorreu que o Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, um industrial de Foz do Iguaçu, homem antigo, de uma postura invejável em sua cidade, conhecido inclusive pelo Deputado que representa aquele povo nesta Assembleia, foi violentamente atacado por dois policiais participantes daquela operação. Na medida em que dizia: — quem são os Senhores? Aos empurrões e, aos quase bofetões, foi colocado contra a parede, quase violentado, aos socos. Inclusive tendo suas mãos e pés atados por dois policiais, sem que pudesse ao menos identificar, e colocado junto com mais de uma dezena de pessoas que por ali se encontravam naquele momento.

Na medida em que dizia: — vocês precisam me dar uma explicação! Vocês podem ser assaltantes! Vocês precisam se identificar! É uma violência o que estão cometendo! Posso até atirar contra vocês! Neste dado momento quase que ele foi atirado.

Até agora, Sr. Presidente, com todo o protesto do Sr. José Leopoldino Neto e de outras pessoas acometidas pela mesma violência, a polícia não deu sequer uma explicação.

A prática da violência evidentemente que gera uma tensão na sociedade. As causas geradoras da violência talvez até tenham uma explicação sociológica, de que é causada pela agressividade dos policiais, sejam eles da órbita civil ou militar, responsáveis pela segurança pública. E esta violência está sendo acobertada pelo Governo. Quem pode negar que esta violência não está associada à impunidade das violências de que falava o Líder de nossa bancada há pouco, nesta tribuna?

Quem pode assegurar que as violências cometidas e não identificadas, ou identificados os seus autores no País, possam ter uma correlação com a violência urbana e com a violência praticada pelos policiais, acintosamente, contra os cidadãos paranaenses?

Sr. Presidente, em nome do PMDB, estamos aqui nesta tribuna, no crepúsculo das sessões legislativas, da primeira metade deste período legislativo, pedindo ao Governo que neste recesso recomende aos seus liderados, principalmente os órgãos de segurança pública do Estado, que tenham um pouco de respeito com o cidadão paranaense, com os contribuintes paranaenses — talvez esta colocação fique melhor, porque parece que o Estado Moderno só se interessa mesmo, é pela contribuição que os trabalhadores fornecem ao erário público, à Tesouraria, ou às pagadorias públicas. E fica aqui, o protesto não só do PMDB de Foz do Iguaçu, mas do PMDB do Paraná, para que o Governo realmente possa impedir essa agressividade

para não aguçar a animosidade entre os cidadãos, porque este tipo de violência, violenta também a passividade, o espírito harmônico de muitos Srs. paranaenses.

E o que é pior, violenta a cidadania do homem trabalhador, ordeiro e honesto. Porque se a polícia aborda, nessas batidas dadas pela Secretaria de Segurança, os homens, os cidadãos que estão livremente desempenhando o seu mister na sociedade, sem nenhum respeito, a recíproca é verdadeira, porque ninguém pode imaginar que uma pessoa qualquer, vestindo as mesmas roupas que o cidadão comum, possa ser identificado como policial.

E esta agressividade, Sr. Presidente, cria uma indisposição contra o povo e os Poderes constituídos. E não venha depois o Governo dizer que a Oposição está incitando, para os conflitos sociais. O Governo, a nosso ver, é o agente desta violência, ao mesmo tempo que é o agente desta subversão, desta alteração da passividade do cidadão brasileiro e sobretudo, no caso do Paraná.

Deixo aqui este apelo em nome da bancada, em nome do Partido, para que o Governo não só recomende mas exija, também dos policiais do Estado do Paraná, seja ele militar ou seja ele civil, para que respeite o cidadão.

Que na hora de fazer a repressão, a formalidade, com o que estamos de acordo, que o faça de uma forma não violenta, que não crie o pior problema do que os assaltos que têm sido cometidos neste Estado, e especialmente na zona da fronteira.

Ainda nestes dias, Sr. Presidente, estávamos na fronteira com o Paraguai — e carros passam sem qualquer fiscalização. Não há sequer a mostragem de documentos, enquanto que nas estradas atacam-se os cidadãos que estão transitando livremente de regresso, muitas vezes, às suas casas, e se revistam.

Por que é que não se faz um expediente desses, de uma forma evidentemente mais rápida, menos burocrática, mas pelo menos que os cidadãos que vão fazer as compras no Paraguai, deixem seus documentos na alfândega ou sejam identificados, mas sem a violência e agressividade que a Polícia do Paraná tem cometido ao longo desses últimos meses, e denunciadas inclusive por Deputados da bancada do Governo?

Este é o apelo que fazemos e esperamos do Governo uma pronta decisão, para evitar o desmantelo da ordem e da segurança pública.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, que falará em nome da Liderança do Partido Popular.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Indubitavelmente, é um tema que já tem sido longamente debatido nesta Casa, desta tribuna, e porque não dizer, é o tema que realmente hoje, eu não diria que empolga o povo brasileiro, mas é o tema que talvez entristeça o povo, sequioso da verdadeira e da autêntica democracia.

É a expectativa que pudemos sentir, numa rápida caminhada pelo norte do Paraná, a respeito da reforma eleitoral. Mas ela, contudo, ainda não está conseguindo atingir, em sua plenitude, a atenção de tanta gente, em função da terrível crise que grassa a Nação brasileira, em todos os campos.

A surpresa desta punhalada que foi dada na calada da noite, com os novos preços da gasolina, enquanto o petróleo tem seus preços ainda congelados pela OPEP, e com isso, provocando que a espiral inflacionária continue a provocar as remarcações consecutivas e seguidas nos supermercados, nas farmácias, enfim, em tudo aquilo que é consumido, vai deixando com que o povo fique, a cada dia que passa, mais temeroso pelas

dificuldades terríveis e gritantes que enfrenta, para manutenção de sua própria família.

Pude sentir em Londrina, neste final de semana, em fila formada defronte à Caixa Econômica, a aflição de tanta gente que ali chegava, dentro de um processo inflacionário e com enorme dificuldade para contornar os seus problemas domésticos, buscando, no recebimento do seu PIS, uma pequena contribuição, um auxílio a mais, para resolver os problemas que a inflação não está deixando que ele resolva — e vi muita gente voltar desesperada; desesperada porque nasceu em maio, porque nasceu em abril.

Fui interpelado ali mesmo na rua, por várias pessoas me perguntando: o que é que o Governo está fazendo, quando nós que nascemos em maio só poderemos receber nosso PIS em maio do ano que vem? não obstante a Caixa dê alegre informação de que ele vai receber no ano que vem mas com o novo valor do reajustamento.

O cidadão quer matar a fome hoje, quer resolver o seu problema hoje. E é mais um presente que ele recebe, dentre os tantos que vem recebendo.

E não há como negar. O Governo está sendo a causa principal da inflação, através dos aumentos sucessivos e repetidos dos serviços públicos. Mais 23 por cento de tarifa de energia elétrica. É o terceiro aumento de 1981, e já se anuncia que em setembro haverá mais um.

Vem aí o novo aumento para os telefones; para as tarifas postais. Vamos ter uma continuidade indiscutível dos aumentos porque, desde o momento em que se deu novo aumento à gasolina, que antes era justificado em função do preço do petróleo, aumenta-se a gasolina para acompanhar o dólar, vamos chegar numa situação em que, daqui a alguns dias, o cidadão não vai ter mais nenhum privilégio, nenhum benefício, em que ele possa acreditar e pensar que talvez consiga transitar mais um pouco e enfrentar as dificuldades do momento.

E dentro de tudo isso, por que? Exatamente porque os políticos hoje, já não têm apregado a abertura democrática de que tanto se falou, tanto se pregou.

E o que acontece é que o País assiste, estarrecido, um verdadeiro espetáculo que ninguém poderia, em sã consciência, imaginar que viesse acontecer, de se pretender inventar leis eleitorais que possibilitassem a diminuição de uma derrota inevitável do Partido governista.

É o que estamos vivendo, o espetáculo triste que este País está enfrentando. E como negar, quando se procuram, todas as formas possíveis, imagináveis e não se encontram, porque o próprio retardamento de qualquer solução, depois de reuniões realizadas pelo PDS, que iria estudar quais as melhores fórmulas de se estabelecer uma lei eleitoral que evitasse maiores estragos, maiores danos, maiores tragédias? Acontece que não encontraram. Nem com sublegenda, nem com vinculação de votos, nem com voto facultativo, nem com negativa de coligação, não obstante em tudo isso estejam realmente todos os contrastes possíveis e imagináveis.

Quando se defende o voto facultativo, utiliza-se o que? O direito do eleitor votar, se quiser, não votar, se não quiser, liberdade absoluta e plena para o eleitor. Mas, desde que ele queira votar, ele é e será obrigado a votar num vereador de um partido, num deputado do mesmo partido. Então, neste momento, termina em definitivo as razões argüidas anteriormente para as justificativas do primeiro ponto.

Quando se justificou o voto facultativo, negou-se completamente as razões da vinculação. Tanto se bateu nesta Casa, tanto se falou a respeito do fim do bipartidarismo, que não era mais hora de plebiscito, de que deveríamos dar todas as opções que cada grupo deveria, isto sim, participar de um partido político. Imaginava-se que o Governo estaria agindo com sinceridade, seriedade. Com o passar do tempo, todos assistimos o que aconteceu. Todos pudemos nos aperceber quando sentiu

o Governo que as forças catalizadoras das Oposições realmente cresceu, buscou o que?

Criar pequenos partidos dentro dos que se criaram. Nega-se, por todas as formas, o partidarismo através da negasta sublegenda que emprestaram ao vizinho Uruguai.

São estes os problemas. Mas é preciso que sejamos sinceros. E não adianta que tenhamos vozes contraditórias para tentar justificar posições antipáticas. Seriam mais ilícitas, mais indesejáveis do Governo, porque o povo também está comentando.

Andamos por vários municípios do interior paranaense. O povo hoje, tem os programas de televisão, tem a orientação pelo rádio, pelos jornais, está sabendo o que se passa. Não há mais como enganar o povo para se tentar uma farsa nas próximas eleições de 1982, e Deus queira que elas se realizem.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? —
(Assentimento) Nobre Deputado, não sei quem disse que o Governo é muito hábil para administrar o impasse.

A verdade, Deputado, é que o povo não suporta mais ver na televisão, todos os dias, as caras de José Sarney, de Abi-Ackel, falando em reforma eleitoral, como se eles fossem os donos do País, como se mandassem em tudo, lembrando bem aquele quadro de Jô Soares às segundas-feiras, na televisão.

Mas as Oposições vão jogar o mesmo jogo. Se o Governo jogar com onze, não vamos entrar em campo com sete, vamos entrar com onze.

E, dentro de toda essa linha de casuísmos, nobre Deputado, que está só faltando um, de se proibir menores de 120 anos de votar, em 82. Seria uma forma de o Governo evitar a goleada, porque ele está perdido. Sabe que o povo vai execrá-lo em 82, e tenta fórmulas de laboratórios, mas está difícil de encontrar uma fórmula mágica, milagrosa, para evitar a grande goleada de 82.

O SR. DÁCIO LEONEL — Com o aparte que recebi do Deputado Fiori Luiz, também, Sr. Presidente, deixo este registro nesta Casa.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Agradeço a oportunidade de fazer o registro sobre a oportunidade do pronunciamento de Vossa Excelência, e também repetir aqui o que o Deputado Marcos Cunha disse, recentemente, numa palestra, no I Ciclo de Debates sobre a Agricultura, neste recinto, de que o Governo não é incompetente e tanto não é incompetente para gerir e administrar essa situação caótica no Brasil, que ele está se mantendo no poder, e com muita eficiência, e agora, através desses casuísmos que estão sendo propostos na legislação eleitoral, evidentemente, voto vinculado, voto facultativo, impedimento de coligações, manutenção de sublegenda, adestramento da Lei Falcão, Lei de Segurança Nacional e outros casuísmos um pouco mais adjetivos, evidentemente que dá a entender, a nós brasileiros, os incompetentes estamos sendo nós brasileiros, permitindo que eles, com essa eficiência dolosa, culposa ou incidiosa, estão se mantendo no poder.

Esta era a colocação que eu queria fazer, e dizer mais: eles são tão responsáveis, porque têm muita consciência dos resultados que estão buscando.

Evidentemente que isso os torna responsáveis e competentes, só que a competência está desgraçando com a família brasileira.

É nesse aspecto que devemos olhar o Governo de uma outra maneira, como competente não só para administrar a crise, mas para criar a crise, administrá-la e impô-la à sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Obrigado, Sr. Deputado.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, que tem cinco minutos.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prosseguindo com o grave problema que está acontecendo em Ponta Grossa, com a demolição de uma praça que contraria o planejamento, uma técnica aprimorada de urbanismo, trazemos ao conhecimento deste Plenário e desejamos que seja registrado nos Anais da Casa, o que transcreve hoje o "O Estado do Paraná", bem como uma manifestação de um repórter de Ponta Grossa, pois não vou ter tempo de ler tudo o que aqui está transcrito.

Do "O Estado do Paraná", diz o seguinte:

"POVO SUBIU EM ÁRVORES"

(Ponta Grossa - Sucursal) — O início das obras de construção do Terminal de Transporte de Massa de Ponta Grossa, que estava previsto para ontem pela Prefeitura Municipal, acabou não acontecendo. A população, revoltada com a destruição parcial da Praça Barão do Rio Branco, com a derrubada de árvores em sua primeira etapa, foi impedida pela massa, que se concentrou no local das obras.

Estudantes de instituições de ensino de Ponta Grossa, se acomodaram no alto das árvores e não desceram, obrigando os operários a paralisarem suas atividades e aguardarem novas instruções de seus superiores.

O policiamento foi chamado a intervir, mas segundo os idealizadores da manifestação popular, era tudo para demonstrar que o ato correria na mais completa ordem e pacificamente.

Domigo passado, foram distribuídos panfletos de convocação em defesa do Ponto Azul, para preservação da Praça Barão do Rio Branco, baseados em sua importância histórica, no seu valor ecológico e de lazer, além da necessidade de aumento e preservação de áreas verdes já existentes. De conformidade com a população presente no manifesto, a praça é do povo e este não foi consultado.

O Instituto de Terras e Cartografia - ITC, em seu escritório regional, não foi também consultado, estando vetado o corte de árvores sem prévia autorização daquele órgão.

Segundo populares, uma ação estaria pronta para ser impetrada, para paralisar toda e qualquer obra prevista para aquele local, onde maquinários, tratores, motosserras e operários aguardavam o desenrolar dos acontecimentos para iniciar os trabalhos, que estavam escalados.

A repercussão da manifestação pública é observada de todo o Brasil, tendo inclusive: noticiários nacionais divulgado o protesto dos princesinos que se centralizaram aos milhares na praça, em defesa daquele logradouro público, a fonte luminosa de outrora, segundo os moradores mais antigos da cidade.

AO GOVERNADOR

Inúmeros cidadãos princesinos já teriam entrado em contato com o Governador Ney Braga, para que este se posicionasse quanto à questão, impedindo a briga. Enquanto as manifestações ocorrem pacificamente, a população promete vigília durante toda a noite com receio de que as máquinas da Prefeitura Municipal voltem pela madrugada, para início das obras previstas. Segundo a CMT — Comissão Técnica de Trânsito, "deveria existir o terminal para beneficiar os usuários do transporte coletivo da Princesa dos Campos, que se ressentia da sua falta".

Em entrevista telefônica às 11:15 de hoje, com o Cel. Valente, comandante do Batalhão da Polícia Militar em Ponta Grossa, informou que, quanto à invasão e ameaça de derrubada

das árvores da Praça Barão do Rio Branco, a situação é ruim, estudantes, professores, cidadãos e até crianças se colocaram nas árvores para não permitirem a sua demolição.

Como autoridade da Polícia Militar, pediu que fosse suspenso as ameaças de demolição da praça, no que foi atendido pelo Governo.

Pretendeu o Coronel Valente, acalmar os ânimos, pois é uma briga entre o Prefeito e a Comunidade. Afirma o Coronel que foi suspenso o corte das árvores.

Afirma ainda que, pelo Código Florestal, é uma ilegalidade, pois os órgãos competentes não foram consultados. Diz mais, que na noite de ontem os ânimos foram serenados.

Segundo o telefonema do Coronel Valente, estão intervindo no Movimento, a Associação Conservacionista, o Sindicato de Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa, o Diretório Acadêmico da Universidade, estudantes, professores e populares, num movimento pacífico contra a atitude do Prefeito e seus auxiliares.

Afirma o Coronel que treze Vereadores da Câmara Municipal estão contra a intransigência da Prefeitura em tentar demolir a Praça Barão do Rio Branco.

Após o telefonema do Coronel, recebemos informes de Ponta Grossa, de que a administração municipal continua, agora, às 11:00 horas, a tentar as demolições. (Lê):

“Ponta Grossa, 29 de maio de 1981.

Deputado Cyro Martins:

A Administração Municipal aceitou o desafio dos movimentos populares que aqui em Ponta Grossa se rebelaram contra a derrubada da Praça Barão do Rio Branco. Anteontem, no domingo, mais de mil pessoas realizaram um ato público de protesto contra a derrubada da praça, com mais de 20 oradores se manifestando. Depois ocorreram as passeatas ao redor do logradouro, e posteriormente pelas principais vias da cidade. Tudo isso foi documentado pelo Canal 12.

Da madrugada de domingo para segunda, cerca de 40 pessoas montaram guarda ao redor da estátua de Tiradentes para evitar que os “morcegos” invadissem a noite com suas motosserras. Surtiu o efeito desejado. Os homens da Prefeitura desistiram de derrubar as árvores, anunciado para acontecer às 22 horas, e posteriormente para as cinco da manhã desta segunda.

Os estudantes da Universidade, professores de todos os níveis, Clube dos Engenheiros Agrônomos, Clube dos Engenheiros e Arquitetos, Núcleo dos Engenheiros Agrônomos, Associação Conservacionista de Ponta Grossa, ITC, Pastoral Universitária, partidos políticos, intelectuais, liberais, comerciantes, enfim, trabalhadores industriais e comerciários, todos aderiram ao movimento pela preservação da praça. Daí o sucesso do movimento realizado domingo.

Às 15 horas desta segunda-feira, porém, os estudantes do Instituto Professor César Prietto Martínez, resolveram fazer uma passeata rumo à praça ameaçada. Fazia parte do programa, o enterro de uma planta arbórea na praça, com velas para simbolizar a decretação da morte iminente da melhor praça de lazer de Ponta Grossa. A Rádio reportou.

Só do Instituto, compareceram cerca de 500 estudantes, ostentando cartazes com diversos dizeres, todos protestando e apelando para a sensibilidade da opinião pública. O gesto foi considerado provocativo, e o Secretário César Pilatti, juntamente com o Prefeito, providenciaram junto à PM, uma requisição de força para afastar os estudantes da praça.

Carros de bombeiros foram conduzidos ao local para afugentar os presentes. A essa altura, não eram só estudantes que estavam defronte à praça. Dois tratores foram levados até o local por funcionários da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, além de três ou quatro motosserras.

Soldados de cassetetes invadiram a praça — acredito que uns 50, mais ou menos — e, com cordões, procuravam “limpar”

a área. Os estudantes e o povo humilde que lá se encontravam, não souberam protestar à altura, sendo necessária a intervenção imediata e precisa de homens como Lourival Santos Lima, Carlos Renato Furstenberg, Cirne Lima, entre outros, para que, em violenta discussão, quase se chegando às vias de fato.

Houve uma comoção geral quando um dos homens que acionava uma motosserra encostou o equipamento numa árvore, no preciso instante em que uma mulher, abraçando-se à árvore, lançou um desafio ao agressor: “Pode cortar a árvore. Mas terá que cortar a mim também”. O homem quase fez isso para cumprir uma ordem, mas desistiu pelo imperativo da consciência.

Outro caso digno de registro, foi que um garoto, ao ver o homem acionando o motor da motosserra, segurou-a violentamente, num impulso, quase cortando o antebraço.

O tumulto foi grande. Muitos gritavam, Mas os policiais, munidos de cassetetes, procuravam afastar a população que já se comprimia junto às árvores e à estátua de Tiradentes.

Um garoto de 16 anos foi detido pelos policiais e retirado à força do local porque protestava, aos brados, contra o atentado ecológico que ali se praticava.

Depois de muita discussão em que alguns bravos defensores tiveram que mostrar ao comandante que sua função precípua era a de proteger a população e não a de difundir o medo e a repressão, porque a manifestação era legítima, o comandante cedeu. Mas, antes que mandasse evacuar os seus homens, a população exigiu que os homens da Prefeitura e seus maquinários fossem imediatamente retirados do local. Inclusive, havia dois caminhões no local.

Os estudantes da Pastoral Universitária, e os da Universidade mesmo, acorreram ao local, em sinal de solidariedade para com os estudantes outros, que encontravam-se em dificuldades. A população ajudou muito.

Até a hora em que estou lhe escrevendo (agora são precisamente 18:35 de segunda-feira) a população guarda o local. Ao que parece, nova vigília será montada hoje para ATRAVESAR a noite adentro.

Ou patêntesis: na manifestação de ontem, da qual participaram milhares de pessoas, a Polícia da RONE prendeu um dos rapazes que fazia a ronda. O vereador e advogado Djalma de Almeida César, que também participou do movimento, juntamente comigo, fomos providenciar a soltura do moço e o conseguimos, na madrugada, quando marcavam 3h50m de domingo para segunda.

Outro detalhe importante: no mesmo domingo, quando tudo estava acertado (o ato público), às 20 horas compareci ao local para averiguar se tudo estava disposto de acordo. Constatei o seguinte: o Secretário Pilatti havia estado no local e havia “desautorizado qualquer manifestação”, mandando apagar as luzes dos refletores, fica a praça no escuro. Mandou também que fossem retirados todos os equipamentos de som existentes no local. (O equipamento era alugado). Conclusão: o ato público que restaria frustrado. Mas não, providenciamos imediatamente um megafone — de curto alcance — e iniciamos o movimento então com mais força ainda. Reunidos, a custo, milhares de pessoas ao redor de Tiradentes, único local de maior claridade.

Pilatti teria dito ao grupo de Concha Acústica que “nem que fosse o Presidente da República, sem ordem da Prefeitura ninguém faz nada aqui”. Referia-se ao fato de o vereador pelo PMDB, Mário Bittencourt de Oliveira, ter conferido a licença do uso da Concha “sem a formalidade”, que era o requerimento, devidamente aprovado. Mas o fato é que, mesmo que requerêssemos, jamais o Secretário concederia a utilização da praça.

E, num programa de rádio — da RádioPR-J2 — há instantes, o mesmo Secretário apregoava que “ou aquelas árvores vão ser

cortadas ou não me chamo mais César Pilatti". Desafiou o povo, o senhor imagine que "cérebro".

E tem mais: chegou a dizer que a liderança dos movimentos que aí estão a despontar, são obra de "comunistas". estudantes "de fora" que estariam em Ponta Grossa para tu multuar. (Nessa alusão também estou inserido porque não sou daqui. Nessas alturas, se houvesse uma Lei dos Estrangeiros aplicada ao Município, nem sei se estaria lhe escrevendo. Mas sou eleitor de Ponta Grossa).

Deputado, teria muito que lhe dizer. Sinto que me falte mais tempo. Mas mantê-lo-emos informado, não tenha dúvidas.

Por ora creio que pude lhe informar alguma coisa de concreto. Espero ter sido compreendido.

Contamos com seu incondicional apoio aí na Assembleia. Essa luta promete ir longe...

Antes que eu esqueça, desejo informá-lo de outra nova: nesta terça, logo pela manhã, entramos com uma AÇÃO POPULAR contra a Prefeitura.

Até breve. Um abraço do Lanzarin".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, que tem cinco minutos.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à mesa, para consideração do Plenário, requerimento para que seja oficiado aos Secretários e Ministros da área econômica, solicitando que o preço mínimo de garantia para a próxima safra, contemple o milho com Cr\$ 1.200,00 por saca de 60 kg.

Associamo-nos assim, à iniciativa do Vereador de Maringá, Antenor Sanches, que tem se mostrado um batalhador incansável em prol dos interesses da produção e difusão do consumo de milho em nosso País.

Entendemos também que um impulso decidido precisa ser dado ao incremento de nossa produção, produtividade e hábito de consumo deste cereal.

O baixo preço oferecido agora aos produtores é ameaça de novos insucessos, como se já não bastassem os de anos anteriores.

Em 1980, a oferta do milho, em termos nacionais, foi considerada insuficiente para o abastecimento do mercado interno e o Governo Federal autorizou importações da ordem de dois milhões de toneladas.

Porém, menos de 40 por cento deste total foi comercializado no ano passado, propiciando a formação de um considerável estoque e levando ao arrefecimento das cotações internas do produto, justamente na época em que o produtor necessita comercializar a safra, a fim de obter recursos financeiros para saldar seus compromissos.

A produção de milho tem duas grandes responsabilidades para com a economia nacional: não comprometer o abastecimento interno e conseguir divisas através das exportações. E isso só será conseguido através de justa remuneração aos produtores, que por si só, propiciaria abundância.

É bom frisar que a produção nacional deste cereal é conseguida sem sacrifícios aos cofres públicos, pois para o milho nunca foram criados programas especiais nem estímulos fiscais.

A difusão do uso do milho na alimentação humana, deve ser também estimulado em larga escala, através de programas especiais, como no caso da merenda escolar, uma vez que ele se caracteriza por, além do preço ser acessível, ser de comprovada riqueza em substâncias energéticas, pois contém 9,5 por cento de proteínas, 4 por cento de óleo, um por cento de sais minerais e 68,5 por cento de carboidratos.

Nosso País tem potencial para produzir pelo menos o dobro, a curto prazo, das 23 milhões de toneladas anuais. Este

cereal caracteriza-se pela sua rusticidade, suportando mesmo condições meteorológicas adversas. Temos clima propício e vastidão territorial que farão com que o Brasil seja dos maiores abastecedores externos.

Falta apenas preço compensador ao produtor e, no sentido de incentivá-lo, é que estamos propondo um preço mínimo condizente, evitando bruscas oscilações e especulações de mercado, em particular em época de safra, prejudicando o agricultor e não beneficiando o consumidor final.

O milho é um cereal nobre e forma, ao lado do trigo e do arroz, os três grandes alimentos do mundo. Que a sua nobreza e importância sejam reconhecidas por nossas autoridades na forma de preço justo ao produtor.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No restante do horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No meu tempo de faculdade, costumávamos identificar os estudantes como de direita e esquerda, conservadores e progressistas, aliás fato que acontece até nos dias de hoje. Mas, entre a esquerda, costumávamos também dizer que havia uma esquerda festiva. A esquerda festiva, naquela época, eram os homens que aparentemente compactuavam com as idéias do Partido Comunista ou Socialista mundial, mas na vedade não abriam mão de nada, dos privilégios burgueses que usufruíam e usufruem até hoje.

Fazendo uma analogia da época, sem se situar exatamente em cima do problema de comunista — que não é o caso — mas como uma forma na época de estudante, e que estes homens não tinham convicção daquilo que pregavam, hoje podemos dizer que tem no Brasil uma Oposição festiva, que está a fazer oposição, — e isto que digo e Vossas Excelências sabem, os homens da Oposição autêntica sabem, somente se ombréiam ao Partido da Oposição por oportunismo, para ganhar votos, para iludir o povo, para tentar conquistar cadeiras legislativas ou do Executivo.

Temos visto isto ao decorrer da História, especialmente desta Revolução de 64.

Sei que os homens que me ouvem neste momento sabem disto, porque, se fôssemos passar para a classe política como um todo numa peneira muito fina, poucos homens sobriariam com idealismo e com garra, para sustentar as coisas que defendem e dizem.

Portanto, quem está cansado sou eu, de nesta Casa, ver homens sem convicção, sem espinha dorsal, a dizer que defendem conceitos que eu sei, que na realidade não defende.

O que acontece, Sr. Presidente, é que estamos a assistir nos dias de hoje, fatos tragicômicos; homens que ontem eram torturadores, hoje são oposicionistas. Homens que ontem levavam a revolução como um andor, às ruas e às vilas, e às cidades, hoje se dizem oposicionistas porque é mais fácil ganhar o voto na oposição. Não precisa justificar nada. Basta apenas ser contra.

E eu lembro e repito, da campanha de 74, quando a televisão era aberta a todos os homens públicos em que nós víamos políticos da Oposição, na ocasião o MDB, que em um minuto, em 60 segundos, abordavam 20 assuntos diferentes. Ou seja, Sr. Presidente, eles apenas rotulavam esses assuntos.

Portanto, prezados Deputados, cansados estamos nós, de ver a mentira e a demagogia em busca do voto fácil. Mas não esqueçam, prezados Deputados, o que tenho observado no seio popular. Não é esta a tendência aterradora para o voto de oposição. O povo está cansado da classe política, porque sabe que o político de oposição — e eu faço as ressalvas aos homens

autênticos, a quem eu dedico o maior respeito, esses homens, esses eleitores, querem mudar talvez para o voto em branco, ou voto nulo. Porque eles sabem que muitos dos seus pseudos representantes são homens que estão apenas à busca de um lugar nas Assembléias ou na Câmara Federal para talvez, nesses cargos, empregarem alguns membros de sua família e receberem um possível gordo salário.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Eu sabia que o tempo não era suficiente, inclusive para fornecer apartes aos companheiros que assim o solicitassem.

Mas eu não poderia, Sr. Presidente, talvez até numa linguagem deselegante, ter ficado quieto ao ouvir do meu companheiro, José Tavares, a quem eu preso e respeito e dignifico nesta Casa, um homem do mais alto conceito. E realmente isso eu falo de coração, viesse falar em “maria-mole”, “conversa-fiada” e outras coisas mais. Eu jamais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fui um homem de me vergar. A minha espinha dorsal é feita de uma forma que eu não me vergo com facilidade. E esta Casa é testemunha, que eu já enfrentei homens poderosos neste Estado, que me derrotaram no voto inclusive, porque me afogaram nas minhas regiões eleitorais. Mas aqui estou eu de novo, autêntico, defendendo os meus princípios porque eu, Sr. Presidente, defendo aquilo que eu acredito, porque eu sou um homem autêntico.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição do Estado de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com apoio de diversos Srs. Deputados. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.**

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Aguiinaldo Pereira Lima, lido da tribuna. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 19/80, que declara de Utilidade Pública o “Educandário Madre Maria Crucifixa”, com sede e foro na Cidade de Francisco Alves. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N.º 19/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “EDUCANDÁRIO MADRE MARIA CRUCIFIXA”, com sede e

foro na cidade de Francisco Alves.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente,
Rosário Pitelli, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 80/80, que declara de Utilidade Pública a “Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná — ACMSOP”, com sede e foro no Município de Pato Branco. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N.º 80/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES DO SUDOESTE DO PARANÁ, com sede no Município de Pato Branco.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente,
Rosário Pitelli, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 20/81, que declara de Utilidade Pública a “Associação de Clubes do Estado do Paraná — ACEPAR”. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N.º 20/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE CLUBES DO ESTADO DO PARANÁ — ACEPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições, em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente,
Rosário Pitelli, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 35/81, que declara de Utilidade Pública a “Associação Beneficente São João Batista”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N.º 35/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO JOÃO BATISTA, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente,
Rosário Pitelli, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 39/81, que declara de Utilidade Pública o “Lar Evangélico Mirian”, com sede e foro em Cascavel. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N.º 39/81

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR EVANGÉLICO MIRIAM, com sede e foro na cidade de Cascavel.

EVANGÉLICO MIRIAM, com sede e foro na cidade de Cas-cavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente,
Rosário Pitelli, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 45/81, que decla-ra de Utilidade Pública o “Clube do Vovô de Maringá”, com sede e foro na Cidade de Maringá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N.º 45/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “CLU-BE DO VOVÔ DE MARINGÁ”, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;
Rosário Pitelli, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 47/81, que decla-ra de Utilidade Pública a “Associação Paranaense de Orienta-dores Educacionais — APOE”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N.º 47/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSO-CIAÇÃO PARANAENSE DE ORIENTADORES EDUCACIO-NAIS—APOE”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;
Rosário Pitelli, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 49/81, que de-clara de Utilidade Pública a “Sociedade Paranaense de Ma-temática”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N.º 49/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIE-DADE PARANAENSE DE MATEMÁTICA, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;
Rosário Pitelli, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 59/80, que denomina “Deputado Domicio Scaramella”, o Gabinete da 2.ª Secretaria, da Comissão Executiva. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 59/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Gabinete da 2.ª Secretaria, da Comissão Executiva, denominado “Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA”

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;
Rosário Pitelli, Relator.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194/79, de autoria do Deputado BASILIO ZANUSSO, que dispõe sobre trans-ferência de área territorial de um para outro município depen-dendo de lei especial, após a comprovação dos requisitos e obser-vância das formalidades estabelecidas nesta Lei. Parecer FA-VORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, reque-rimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constan-te do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimen-to da Senhora Rosa Marques de Jesus, ocorrido na cidade de Alvorada do Sul. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptis-ta, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Cardoso, ocorrido na cidade de Londrina. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptis-ta, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Miguel Menegollo, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo fale-cimento do Doutor Antônio Paranhos, ocorrido nesta Capi-tal. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo fa-lecimento do Sr. Albino Calgagnotto, ocorrido na cidade de Barracão. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando que a Hora do Expedien-te da Sessão do próximo dia 11 de agosto vindouro, seja des-tinada à comemoração do centenário de nascimento do Almi-rate Didio Iratim Afonso da Costa. **Aprovado.** — Ao Depar-tamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cor-deiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao SESI, pela passagem do seu 35.º aniversário de atividades a transcorrer dia 1.º de julho. **Aprovado.** — Ao Departamen-to Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cor-deiro, constante do expediente, solicitando o envio de expe-diente ao Sr. Secretário da Educação, em forma de apelo, com relação a dispensa sem prejuízo de vantagens financeiras dos professores de Educação Física subordinadas à referida Se-cretaria, para fins de participação nas promoções. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Du-mont, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constan-te do expediente, solicitando voto de repúdio ao Conselho Nacional do Petróleo, pela forma arbitrária como vem con-duzindo a política de aumentos dos derivados de petróleo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando seja oficiado em nome desta Assembléia Legislativa, aos Srs. Secretários de Estado e Ministros da área econômica, encarecendo seja fixado o preço do milho, visando proporcionar melhores garantias ao produtor. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado

ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo a extensão de benefício da fluoretação ao Município de Cascavel. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, contendo apelo no sentido de que seja encaminhado a esta Casa de Leis, anteprojeto, que regulariza os lotes remanescentes nos imóveis que constituem diversas Glebas. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, encarecendo o cancelamento das notificações expedidas nos termos da Resolução 455, do Banco do Brasil. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de congratulações em nome desta Casa, à União Paranaense de Estudantes Secundários — UPES, pela comemoração do 36.^o aniversário de fundação. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Geral do DETRAN, pedindo a reinstalação do serviço de exames psicotécnicos para obtenção da carteira de habilitação de motoristas. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Teixeira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações a Rede Globo de Televisão, pelo sucesso, importância e alto caráter social da programação de aniversário dos Trapalhões, apresentada no domingo 28 de junho de 1981. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo providências a respeito de fatos envolvendo policiais de Terra Boa. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Instituto de Terras e Cartografia Regional do INCRA, encarecendo providências para a regularização do chamado “Pouso n.^o 4”, também conhecido como “Pouso Palmito” situado na localidade de “Cerro da Lola”, no Município de Toledo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de Terminal Remoto de Telefonia ou a Central Telefonica, no Distrito de São Pedro, no Município de Toledo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, pedindo informações sobre a previsão do início da pavimentação da PR-585, estrada Toledo-Vera Cruz d'Oeste, conforme requerimento n.^o 048/81, do Sr. Vereador da Câmara Municipal de Toledo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior solicitando instalação de Posto Avançado do Banco do Brasil em Sertaneja e Rancho Alegre. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando manifestação do Legislativo, encarecendo do Governo Federal, maior

racionalização nos Transportes Coletivos Urbanos. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Educação e Ministro da Agricultura, encarecendo seja criada uma Escola Agrícola em Toledo, conforme solicitação feita pela Associação Comercial e Industrial de Toledo—ACIT, por proposição apresentada na XXX Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Laranjeiras do Sul, em 16 a 18 de maio de 1980. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Centro Social dos Funcionários da Câmara Municipal de Curitiba. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de ser incluído no plano de asfaltamento a estrada que liga o Distrito de Marajó a Estrada PR 180, trecho Nova Aurora — Goioerê, que virá prestar melhores condições de tráfego aos veículos que diariamente a utilizam. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, encarecendo construção de prédio para funcionamento da Agência de Rendas em Jesuítas. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Jornal Gazeta do Povo e seu diretor pelo lançamento de campanha em favor do desenvolvimento do Paraná. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações e transcrição nos Anais da Casa, de matéria da Gazeta do Povo, intitulado “Energia a Custo Zero para os Pólos Industriais no Paraná”. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando apoio ao projeto substitutivo apresentado no Senado, estabelecendo que o preço mínimo de garantia do café não será inferior a 75% da média dos diversos preços de registro do produto fixado pelo IBC. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à TELEPAR, encarecendo a instalação de telefone público, para o Conjunto Vila Formosa — próximo ao Jardim da Saudade, nesta Capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso Cunha, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao empresário Francisco da Cunha Pereira, manifestando apoio desta Casa de Leis à sua tese de fornecimento de energia a custo zero para a criação de pólos industriais no Estado e também para a Ferrovia da Soja, por um prazo mínimo de 30 anos. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Justiça, apoiando as iniciativas do referido Ministério no combate à licenciosidade nos meios

de comunicação. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a implantação do 13.º salário a partir deste ano para o servidor público estadual. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Lineu Turra, Fidelcino Tolentino, Erondy Silvério e Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de sugestões à Comissão Especial do Tribunal de Justiça, que elabora projeto de Organização e Divisão Judiciária do Paraná. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Conselho Nacional de Petróleo, ao Ministério da Agricultura e aos ministérios da área econômica, sugerindo medidas que possibilitem a utilização do BIOGÁS, em veículos automotores utilizados no trato da Agropecuária. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que na proposta da Nova Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criada a Comarca de Pinhão, desvinculando-se da Comarca de Guarapuava. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente à SANEPAR, encarecendo medidas urgentes a fim de que sejam atendidos com abastecimento de água tratada, os moradores do Conjunto Vila Formosa, próximo ao Jardim da Saudade, nesta Capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à COPEL, encarecendo providências no sentido de providenciar iluminação pública na via de acesso ao Conjunto Vila Formosa, próximo ao Jardim da Saudade, nesta Capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Genésio Alves Rolim pela conquista da Medalha de Ouro no setor de seguros, categoria pessoa física. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à Secretaria de Segurança Pública em favor dos moradores do Jardim das Nações, Tatuquara, em Curitiba. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao empresário Fernando Gomes e seus companheiros de Diretoria, pela eleição para Presidência da ACIC de Cascavel. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tulio Luiz Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Federação das Indústrias do Estado do Paraná pela passagem do Dia da Indústria, comemorado em todo País em data de hoje. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Presidente e Superintendente Regional do Banco do Brasil S/A., encarecendo a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Corbélia. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, apresentando apoio desta Casa à reivindicação da Micro-Região 9, que propõe a implantação de uma Escola Agropecuária, a nível de 2.º Grau, no Município de Maringá, conforme projeto de implantação encaminhado àquela Secretaria, pelo Prefeito de Maringá. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja endereçado ao Sr. Governador do Estado, pedido de concessão de um Abono de Emergência ao Servidor do Estado, civil e militar, da ativa e aposentado, a fim de fazer face às distorções provocadas pela incontrolável espiral de inflação que assola nosso País. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Educação, pedido de pagamento dos vencimentos atrasados dos professores suplementaristas, a viverem, hoje, situação de extrema dificuldade. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja apresentado uma moção de apoio aos professores do Estado que reivindicam melhorias de suas condições de trabalho, também no que se refere a aposentadoria aos 25 anos de serviço. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo devolução de verba arrecadada e destinada à educação dos diversos Estados. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de TELEX ao Sr. Presidente do B. N.H., no sentido de que este estabelecimento de crédito imobiliário, reveja as prestações em atraso dos mutuários localizados no "Conjunto Samambaia" no Município de Paranaguá, Estado do Paraná. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente da República, sugerindo que a política de preços para o setor cafeeiro seja desvinculada do Ministério da Indústria e Comércio e fixada a outro setor competente do Governo Federal. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro do Interior, Presidente do Banco Nacional da Habitação e Caixa Econômica Federal, sugerindo a estes órgãos públicos que exijam por parte das COHABs, e Cooperativas Habitacionais, uma rigorosa fiscalização nos Conjuntos Habitacionais, para que se acabe com as altas especulações que vem ocorrendo, com as vendas de imóveis financiados pelo BNH. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Teixeira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Rádio Clube Paranaense e a Fundação Nossa Senhora do Rocio pela passagem do 57.º aniversário dessa tradicional emissora de rádio do Estado. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, proposição para aproveitamento com prioridade, dos ex-professores

suplementaristas efetivados no Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo e dos ex-professores sem habilitação do mesmo quadro, nas vagas a serem abertas no Quadro Próprio do Magistério, em decorrência das aposentadorias voluntárias em consequência da nova legislação que rege a matéria. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio ao Ministro Camilo Pena, da Indústria e Comércio, em função de seu total desconhecimento dos problemas da cafeicultura nacional. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio ao Governo de Israel, pelo ato ocorrido nesta semana quando autorizou sua aviação militar bombardear a usina nuclear "Osiris" de propriedade do governo iraquiano. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação, encarecendo que sejam tomadas medidas necessárias a fim de que a Faculdade de Ciências e Letras de Apucarana volte às atividades docentes normais, mesmo sob regime de intervenção, ou seja incorporada à Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, que já é estadual. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofícios aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, encarecendo a atualização das Tabelas de Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo, de conformidade com o novo valor do salário-mínimo regional e de acordo com as normas contidas na página 58 do livro "Um Modelo de Gestão de Recursos Humanos", sob o título "Sistema de Remuneração". - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo imediatas providências quanto à recuperação asfáltica na PR-317 trecho Campo Mourão - Maringá. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício à TELEPAR, sugerindo seja instalado com urgência, no distrito de São Pedro, Município de Toledo, um Terminal Remoto de Telefonia ou a Central Telefônica. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Secretário dos Transportes e Governador do Estado, sugerindo seja reiniciada a pavimentação da BR-585, estrada Toledo - Vera Cruz D'Oeste, ou que se manifestem quanto à data do início da pavimentação da mencionada rodovia. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado e à Coordenadoria Regional do INCRA, encarecendo seja regularizado com urgência o chamado "Pouso no. 04", também conhecido como "Pouso Palmito", situado na localidade de Cerro da Lola, no Município de Toledo. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Planejamento, sugerindo a inclusão no Orçamento Geral do

Estado para o ano de 1982, de dotação para aquisição de terras com fins de reassentamento. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de congratulações e aplausos ao eminente Diretor do jornal "Gazeta do Povo" e Canal 12, pela tese levantada "Energia a Custo Zero", objetivando incentivar a criação e desenvolvimento de polos industriais que por certo tragam significativos e reais benefícios ao nosso Estado. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a manifestação do Poder Legislativo do Paraná de veemente protesto contra as acusações do Governo de Israel, de que o Brasil estaria participando do programa do Governo do Iraque para a construção de armas nucleares. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pittelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela realização da 28.ª Exposição Agrícola da Comarca de Uraí, ocasião que também comemora 45 anos o seu município. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Rotary Club pelo êxito da realização da VII Conferência do Distrito 464, em particular pelo Trabalho Êxodo Rural, uma análise séria e reflexiva sobre as condições do nosso homem do campo. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento, da Indústria e Comércio e das Minas e Energia, manifestando a solidariedade desta Casa à proposição de fornecimento de energia elétrica a custo zero, em prazo de 30 anos, para a criação de polos industriais no Estado do Paraná e à Ferrovia da Soja, apresentada pelo ilustre Diretor do jornal "Gazeta do Povo". - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Rádio Capital e ao Repórter Roberto Lopes, em virtude da esplêndida cobertura que vêm dando às atividades da Assembléia Legislativa. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da COPEL, encarecendo imediatas providências no sentido de ser estendida a rede de energia elétrica, na Vila Anchieta, na sede do Município de Roncador. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários de Estado da Educação e dos Recursos Humanos, encarecendo que as vagas para a promoção vertical por habilitação atendam às reais necessidades do Magistério Estadual. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários das Finanças e dos Recursos Humanos, encarecendo a realização de estudos visando determinar a possibilidade de concessão de um reajuste de 40 por cento ao funcionalismo público estadual, a partir do dia 01 de julho próximo. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio

de expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo sejam apressados os estudos que estão sendo efetuados naquela Pasta, visando implantação imediata do benefício da contagem recíproca ao funcionalismo público do Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Procurador Geral do Estado, no sentido de determinar a conclusão do inquérito, presidido pelo Dr. Hécio B. Silva, aberto na Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário de Segurança Pública, pedindo ação decidida e eficaz no combate ao roubo de veículos e assaltos no Município de Leônidas Marques. — **aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex ao Sr. Presidente da República, encarecendo a criação de subsídios para o leite. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Professora Zélia Milleo Pavão, da Universidade Federal do Paraná, por sua manifestação a respeito dos desvios da Pré-Escola em nosso País, e que foi objetivo de reportagem pelo jornal Gazeta do Povo, sob o título "Pré-escola não cumpre seus objetivos". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Ministro do Trabalho, Secretário da Indústria e Comércio e ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de sensibilizá-los para que seja mantido o horário comercial em vigor nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças do Estado do Paraná, encarecendo estudos e medidas concedendo aos contribuintes do ICM, maior prazo para recolhimento deste tributo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando estudos que visem modificar o sistema de recolhimento de ICM, pelas pequenas empresas, que atualmente é apurado e recolhido mensalmente dispensando ainda a obrigatoriedade de escrituração do livro de entrada e saída de mercadorias. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo estudos para a implantação de Postos de Socorro Familiar da Polícia Militar, na cidade de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Centro de Estudos, Diagnósticos, Indicação e Tratamento — CEDIT, na pessoa de seu Diretor, votos de aplausos pelos serviços prestados à frente daquela entidade. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, encarecendo a realização de estudos visando a implantação de um subsídio de 35 por cento por litro de gasolina, para

os motoristas de táxi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Secretário da Educação, Superintendente da FUNDEPAR e ao Prefeito de Cascavel, encarecendo providências imediatas para reforma do Grupo Escolar Theofânio Agapito Maltezo, situado no recente município emancipado de Cafelândia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente à Direção do Banco do Brasil, substanciado em apelo no sentido de ser agilizada a instalação da Sub-Agência do Banco do Brasil, na cidade de São João do Caiuá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo no sentido de serem aceleradas as obras de asfaltamento da estrada que liga São João do Caiuá a Paranavaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Bancada Paranaense no Congresso Nacional, encarecendo que a mesma promova junto à Comissão de Relações Exteriores, esforços no sentido de serem ouvidos o Correspondente do jornal "The Guardian" e os editores dos jornais paulistas "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde", bem como os dirigentes do IPEN e Nuclebrás, a fim de esclarecer o episódio que envolve o Governo Brasileiro na venda de material radioativo ao Iraque. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo à Representação do Paraná, com assento na Câmara dos Deputados, no sentido de ser proposta medida para converter a importância devida pela Itaipu do Estado do Paraná, como compensação pelos prejuízos causados pela inundação de extensas áreas agricultáveis e de reservas florestais, em programa de incentivo aos polos de desenvolvimento industrial e agro-industrial do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor do ITC, encarecendo providências para demarcação da área urbana do Distrito Administrativo de São José do Ivaí, Município de Santa Izabel do Ivaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja endereçado ao Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, um apelo em favor da criação das Comarcas de Borrazópolis e Jardim Alegre, na elaboração da próxima divisão judiciária do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento, da Agricultura e Secretário da Agricultura, encarecendo sejam tomadas providências no sentido de que os valores do VBC e preços de garantia do trigo passem a ser fixados anualmente no mês de janeiro, a fim de ensejar condições de cultura aos triticultores paranaenses. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios,

encarecendo sejam construídas casas populares através do COHAPAR, nos recém-criados Municípios de Jesuítas e de Três Barras do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo seja asfaltada a estrada que dá acesso à Escola Agrícola Fernando Costa, em Santa Mariana, numa extensão de aproximadamente mil metros. Solicita outrossim que no entroncamento da referida estrada com a Rodovia BR-369, seja construído um abrigo para pedestres. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Secretário da Segurança Pública e ao Chefe da Polícia Civil do Paraná, encarecendo urgência na apuração dos atos de violência praticados contra o agricultor Hélio Moisés Sabino, nas dependências da Delegacia de Polícia do Município de Matelândia, e que sejam punidos os responsáveis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Secretário de Estado dos Transportes, ao Diretor do DER e aos Prefeitos Municipais de Piraquara e Quatro Barras, encarecendo providências para a construção de uma ponte na estrada que liga as duas cidades. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando providências do Sr. Secretário de Segurança Pública com respeito a irregularidades que ocorrem na Delegacia de Polícia de São Jorge do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à PARANATUR, sugerindo a inclusão do Rodeio Interestadual do Laço, promovido anualmente pelo Centro de Tradições Gaúchas — CTG de Santa Izabel do Ivaí, em seu Calendário Turístico. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à bancada do Paraná na Câmara Federal, encarecendo o empenho dos Srs. Parlamentares no sentido de que seja alterada a atual legislação que regulamenta a aposentadoria do trabalhador rural, possibilitando a concessão do benefício aos 55 anos para os homens e aos 50 para as mulheres. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de pedido de informações ao Sr. Secretário das Finanças, sobre a convocação por edital de 150 pessoas para prover o quadro de agente fiscal da Coordenação da Receita do Estado. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo o estabelecimento de um acordo com o governo paraguaio, no sentido de se possibilitar a recuperação, pelas autoridades brasileiras dos veículos roubados que diariamente são levados àquele país, via fronteira. Solicita ainda o envio de expediente aos Srs.

Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, em forma de apelo, no sentido de se reforçar o policiamento na região oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor aos membros da Delegação do Paraná, pela destacada atuação no XIII Congresso Nacional dos Servidores Públicos, realizado em Recife (PE). — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Governos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, no sentido de que enviem a esta Casa, leis e respectivas regulamentações que tratam da aplicação da contagem recíproca. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que seja feita ampla pesquisa no Estado do Paraná, para aplicação da Lei Federal que estendeu aos servidores estaduais e municipais a contagem recíproca de tempo de serviço para aposentadoria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando manifestação deste Poder Legislativo dirigida ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo a necessidade de que a COBAL compre estoques de carne suína para venda em sua rede de mercado em todo o País. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de aplausos ao programa "PARANÁ, AQUI E AGORA" da TV Iguaçu Canal 4, comandado pelo jornalista Milton Ivan e apresentado pelo Sr. Ari Soares. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao IAPAS, Instituto de Marcas e Patentes, ao Banco Central e ao Ministério da Indústria e Comércio, no sentido de eliminar o máximo possível a burocracia no atendimento de diversos serviços. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido para que convoque esta Assembléia Legislativa, nos primeiros dias de julho, pelo tempo necessário para apreciar e decidir sobre o abono ao funcionalismo estadual, sem ônus ao Estado. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vamos votar favoravelmente a este requerimento, embora não vejamos necessidade de convocação do Poder Legislativo, para apreciação de mensagem do Sr. Governador, que vise conceder benefícios ao funcionalismo público porque os estudos estão em fase adiantada e, nos primeiros dias de agosto, aportará a esta Casa mensagem do Sr. Governador propondo ditos benefícios. E haverá tempo suficiente, mesmo porque as condições do Tesouro do Estado não permitem que se concedam benefícios, senão no mês de setembro ou outubro.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Encerrada a discussão.

Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando manifestação de protesto à SUDEPE e ao IBDF pela maneira incorreta de exercer fiscalização nas estradas a pescadores amadores. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de Nota Oficial dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, bem como voto de solidariedade e aplauso ao "Dia Nacional do Trabalhador Rural". — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, solicitando seja oficiado à Companhia Boa Vista de Seguros, consubstanciado em pedido de informações sobre contrato de seguro efetuado entre a referida seguradora e a Itaipu Binacional.

Esta Presidência deixa de receber o requerimento, por entender se tratar de uma Companhia Privada.

— Não recebido pela Mesa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo, a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE à Itaipu Binacional, Furnas, Centrais Elétricas S/A e ELETROBRÁS. — Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere.

(É feita a verificação de votação).

Os Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Esta Presidência antes do encerramento desta parte do período legislativo, quer agradecer a colaboração de todos os Srs. Deputados, nos debates havidos nesta Casa, bem como a todos os funcionários que colaboraram para o bom desempenho dos nossos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando uma sessão plenária para o dia 1.º de agosto do corrente ano, à hora regimental.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOÃO MANSUR

ENERGIA A CUSTO ZERO PARA OS PÓLOS INDUSTRIAIS NO PARANÁ

A monumental Hidrelétrica de Itaipu, obra que orgulha a todos os brasileiros, poderá fornecer dos seus 12 milhões e 600 mil KW de potência (75 bilhões de KW/h ano — energia a custo zero para vários pólos industriais no Paraná e alimentar também a custo zero a Ferrovia da Soja durante mais de 30 anos. Esta é a campanha que a GAZETA DO POVO está lançando para a ampla discussão junto às autoridades, políticos, empresários e todos os paranaenses após estudos que comprovaram não apenas a viabilidade técnica da sugestão, mas também as amplas possibilidades sociais, econômicas e de desenvolvimento com recursos não inflacionários. A tese foi exposta por nosso Diretor, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho aos líderes da Associação Comercial do Paraná, Federação das Indústrias e Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Mobiliário, mostrando que assim, de forma prática, Itaipu começaria a

remunerar o Paraná, mas acentuando que tal concessão, em hipótese alguma, poderia ser a quitação para um Estado que se dispôs a colaborar com o desenvolvimento nacional, privando-se de mais de 850 quilômetros quadrados de terras férteis que serão encoberidas pelo lago, sofrendo as restrições em consequência do linhão de transporte de energia que cortará nosso território em uma longa diagonal e trazendo a destruição de belezas naturais do porte de Sete Quedas, de valor incalculável, além de outros aspectos sociais e políticos.

A proposta — uma colaboração buscando a melhor forma de engrenar Itaipu com o progresso paranaense — é sobretudo prática. Os pólos industriais seriam criados, em princípio, nos Municípios de Foz do Iguaçu, Curiúva, Paranaguá, São Mateus do Sul e Guaíra, agregando simultaneamente energia a custo zero a um dos três fatores essenciais da produção em cada região, como mão-de-obra, matéria prima e transporte.

OS POLOS

Pela ordem — Em Foz do Iguaçu a mão-de-obra a ser liberada após a construção da usina — há inclusive previsões de problemas sociais — seria aproveitada na própria região, evitando-se novo êxodo de trabalhadores e o grave problema social do desemprego. Aliando-se a este fator de produção — algumas estatísticas apontam mais de 50 mil trabalhadores na região — a energia a custo zero, ao transporte barato pela Ferrovia da Soja (que também receberia a energia a custo zero) e teremos as condições para formar em Foz do Iguaçu um significativo polo industrial que trará consigo tantos outros benefícios facilmente enumeráveis. O objetivo primordial deste pólo industrial seria atender em tempo o grave problema social que se antevê.

Em Curiúva foram localizadas reservas de minerais de alto valor, principalmente o urânio, e a curto prazo a energia elétrica será fundamental para dar andamento às pesquisas e explorações em larga escala dos minérios por um lado e por outro, para que empresas de sustentação e de beneficiamento das reservas possam se desenvolver. Em Curiúva temos o fator matéria-prima em disponibilidade que, somada a energia a custo zero, garantirá a rápida expansão de pesquisas e industrialização em benefício de todo o País.

Em Paranaguá, a energia elétrica gratuita seria o incentivo que falta para se somar ao custo zero do transporte até o Porto — uma situação atraente para qualquer investidor e principalmente para as empresas que visam exportações. Neste caso também muitas considerações poderiam ser feitas, e a primeira delas lembrando a necessidade urgente em se incrementar na região, que é carente, um desenvolvimento duradouro.

Em São Mateus do Sul, onde se encontram as maiores reservas de xisto do Brasil, novamente se formaria o binômio matéria-prima/energia a custo zero para impulsionar além de exploração do próprio xisto, um avançado polo tecnológico de indústrias satélites à usina já em construção.

Em Guaíra, onde foram encontrados os solos mais recomendáveis para a indústria de cerâmica, a energia elétrica a custo zero poderá fazer surgir um polo industrial especializado, também desenvolvendo tecnologia com grupamento de empresas no mesmo

ramo. Guaíra estaria também sendo, em termos mínimos, recompensada pela grande perda de Sete Quedas e pela área agricultável perdida.

Em todos estes pólos industriais deverá ser predominante a preocupação social de criar novos empregos, acentua a proposta de nosso Diretor.

Já a cessão de energia elétrica gratuita para a Ferrovia da Soja, além de pouco representar na imensa produção de energia de Itaipu, garantiria entre os tantos benefícios, um custo de transporte reduzido até propiciando benefícios sociais no barateamento de gêneros alimentícios, cultivados na região e dando melhor competitividade de preços dos nossos produtos no Exterior, além do natural incentivo a se obter com maior facilidade capitais interessados na concretização da própria ferrovia que será a redenção do problema do transporte no Estado.

A proposta do Diretor da Gazeta do Povo, Francisco Cunha Pereira Filho, em última análise, objetiva:

a) colaborar para resolver o problema social do desemprego que ameaça a região de Itaipu, especificamente e todo o Estado em geral. Tem assim, profundo sentido social,

b) economia de combustível derivado do petróleo, utilizando energia elétrica renovável em todos os pólos industriais sugeridos e na Ferrovia da Soja, e portanto, economizando divisas;

c) acelerar o desenvolvimento da exploração de urânio em Curiúva (e o urânio é o combustível do futuro) e do xisto da reserva de São Mateus;

d) incentivar as exportações brasileiras pelo Porto de Paranaguá, criando condições, contribuindo assim de forma decisiva para o equilíbrio da balança de pagamentos nacionais.

ESTADO SOFRERÁ MUDANÇAS

O represamento das águas do Rio Paraná, a partir de 1982, pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, provocará profundas transformações na geografia do Estado do Paraná, tornando submersos solos produtivos, cerca de mil quilômetros de rodovias, equipamentos de serviços e inclusive as Sete Quedas de Guaíra, que desaparecerão. A informação foi dada pelo Secretário Véspero Mendes, do Planejamento, durante o "Seminário sobre o desenvolvimento da região do futuro lago internacional do Paraná."

Os Municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Mal. Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra, perderão parte de seus territórios, além de perdas econômicas e sociais.

Em resumo daquele seminário recentemente publicado consta ainda que, "quando entrar em operação em 1983, a Usina Hidrelétrica de Itaipu vai formar um reservatório com aproximadamente 140.000 hectares de superfície, alterando consideravelmente a fisionomia do Rio Paraná. Nesta área estarão incluídos cento e onze mil e trezentos e trinta e dois hectares, isto é, 14 por cento do território de oito municípios paranaenses localizados à margem do Rio Paraná ou de alguns dos seus maiores afluentes.

Na área do reservatório, situam-se 99.526 hectares de área colhida com soja, trigo, milho, feijão, mandioca, arroz e café. Assim, em 1983, os oito municípios deixarão de colher mais de cem mil toneladas de soja, cerca de 31 mil toneladas de trigo, quase 34 mil toneladas de milho; 1.500 toneladas de feijão,

aproximadamente, mais de 27 mil toneladas de mandioca, em torno de 1.700 toneladas de arroz e 24 mil toneladas de produtos agrícolas, 14 por cento da produção atual da sub-região, informa o trabalho da Secretaria do Planejamento.

Para o Brasil Itaipu produzirá 75 bilhões de KW/h ano, numa gigantesca obra armada em concreto correspondendo a construção das estruturas de todos os edifícios de uma cidade com quatro milhões de habitantes, beneficiando também, do outro lado da fronteira, nossos amigos paraguaios.

BUSCA DE SOLUÇÃO VIÁVEL E NÃO INFLACIONÁRIA

Quando a Gazeta do Povo através de seu Diretor se propôs a estudar uma sugestão para o problema que tem gerado preocupação em todos os níveis da administração estadual — assunto aliás recentemente debatido no "Seminário Sobre o Desenvolvimento do Futuro Lago Internacional do Paraná" — buscou principalmente uma solução prática, viável a curto prazo e não inflacionária e que ao mesmo tempo enfrentasse o grave problema social do desemprego e economia de combustível. O fornecimento de energia a custo zero para vários pólos industriais no Estado, e a alimentação da Ferrovia da Soja é a solução prática, viável tecnicamente, realizável tão logo as turbinas de Itaipu sejam acionadas e, principalmente, não vai exigir investimentos maiores por parte do Governo Federal, do Estado ou dos Municípios num momento de reconhecida dificuldade econômica em fenômeno de âmbito mundial.

Para os 12 milhões e 600 mil KW de Itaipu, os 40 mil KW gratuitos a cada cidade, mais a energia despendida na movimentação de trens na Ferrovia da Soja, somados, não representariam nem ao menos uma oscilação no ponteiro do medidor de energia da Usina, que tem um índice de erro de até 2 por cento. Os gastos seriam menores inclusive que as naturais perdas durante a transmissão de energia do ponto de produção ao ponto de consumo.

A proposta: em torno de 40 mil KW para cada polo durante pelo menos 30 anos, e após este tempo a cobrança de um custo de manutenção, para o gigantismo de Itaipu, além de não representar uma oscilação do ponteiro do medidor, poderia ser desenvolvido de forma rápida, prática e barata — a rede de energia elétrica hoje está estendida e entrelaçada em todo o Estado e facilmente poderia ser usada, sem requerer vultosos investimentos na transmissão.

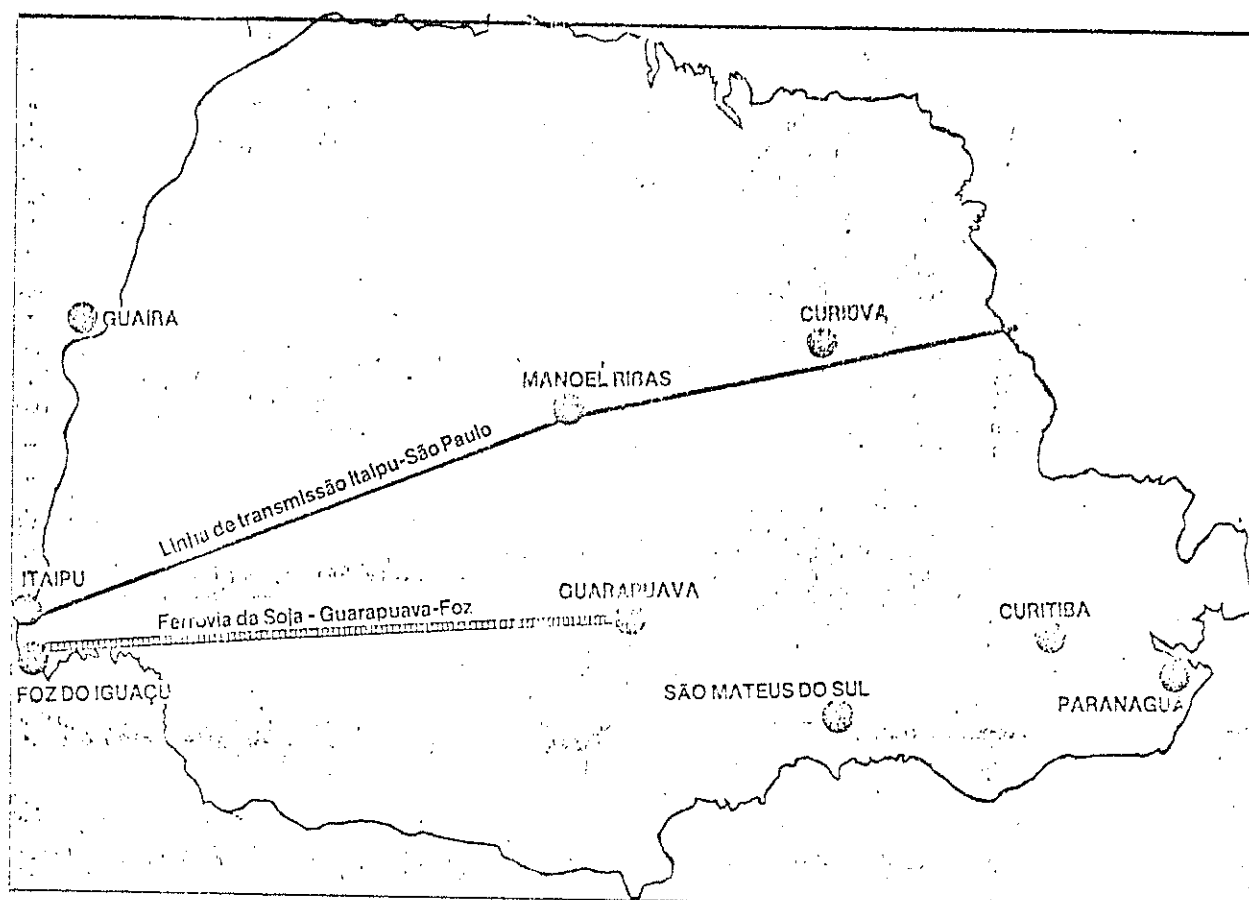
PROPOSTA NÃO INFLACIONÁRIA

A sugestão também não traz inflação — pelo contrário, a médio prazo a iniciativa privada poderá levantar indústrias nas regiões escolhidas, garantindo rápido retorno para a economia do País, quer produzam bens para consumo interno a custos mais baixos, quer principalmente se voltarem para as exportações. Nas exportações, aliás, o incentivo da energia elétrica a custo zero garantirá a competitividade de nossos preços no mercado internacional sem a contestação dos países importadores que via de regra se opõem aos incentivos diretos de "prêmios à exportação".

Além de não ser inflacionária, a proposta garante de imediato uma considerável economia de combustível e conseqüentemente de evasão de divisas — a

começar pela Ferrovia da Soja e seguindo até dentro das próprias empresas que hoje queimam óleo importado e nos pólos industriais, seriam incentivadas a usar tão somente energia nacional, barata, renovável”.

POLOS PARANAENSES



No mapa acima, os polos paranaenses que deverão merecer especial atenção a partir da geração da energia hidrelétrica de Itaipu e a Ferrovia da Soja.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE ABRIL DE 1981

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 – Tesouraria	13.757.146,04	201.101 – Venc. e Vantagens Fixas	89.300.000,00
		201.102 – Desp. Variáveis C/P/Civil	51.000.000,00
		201.103 – Contribuições de Prev. Social	2.600.000,00
		201.104 – Outras Obrigações Patronais	520.000,00
		201.105 – Inativos	42.600.000,00
		201.106 – Pensionistas	6.880.000,00
		201.107 – Salário-Família	1.100.000,00
		201.108 – Outras Transf. a Pessoas	194.200.000,00
		OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
		201.201 – Material de Consumo	4.000.000,00
		201.202 – Serv. de Terceiros e Encargos	35.895.000,00
		201.203 – Desp. dos Exc. Anteriores	400.000,00
		201.204 – Subvenções Sociais	7.830.000,00
		201.205 – Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -
		201.206 – Assist. Médico-Hospitalar	1.375.000,00
		CAPITAL	
		201.301 – Obras e Instalações	6.200.000,00
		201.302 – Equip. e Material Permanente	300.000,00
			250.200.000,00
		CREDITORES	
		202.101 – Despesas Empenhadas	5.571.943,91
		202.102 – Despesas Processadas	15.246.157,74
		202.120 – Folha de Pagamento	426.471,75
		202.130 – Restituições	47.379,02
		CONTAS PENDENTES	
		203.101 – Outras Contas Pendentes	681.152,05
		RESTOS A PAGAR	
		206.10 – Empenhadas	1.265.018,98
		206.209 – Processadas Creditores	3.015.150,84
		206.30 – Cred. em Consignações	- 0 -
		206.405 – Proces. Folha de Pagamento	- 0 -
			4.280.169,82
		CREDITORES DIVERSOS	
		207.10 – Consignações	4.280.689,03
			30.533.963,32
		TOTAL DO PASSIVO	280.733.963,32
		TOTAL DO ATIVO	280.733.963,32

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 07 de maio de 1981.

a) DIRETOR FINANCEIRO

a) CONTADOR GERAL